

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

24.02.2026

* * *

- Abre a reunião o Sr. Delegado Olim.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Rafael Saraiva, Paula da Bancada Feminista, Dra. Paula da Bancada Feminista, Dr. Eduardo Nóbrega, o deputado Delegado Olim, o deputado Enio Tatto. E também quero registrar aqui a presença da deputada Ediane Maria.

Ordem do Dia. (Pausa.)

Onde ele está? Está aí? Ah, mas por que você não sentou aqui? Senta aqui, pô. Também o nobre deputado Fábio Faria de Sá. O senhor, por gentileza, se quiser sentar aqui no assento. Eu não o vi, então, perdão.

Primeira pauta de hoje: juízo de admissibilidade. Item 1 - Processo RGL nº 35.300, de 2025. Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de autoria do deputado Lucas Bove contra a deputada Paula da Bancada Feminista, por quebra de decoro parlamentar.

Então, vou dar a palavra à deputada Paula da Bancada... Eu não estou vendo aqui o Lucas Bove. Ele não veio? Não compareceu? Então, doutora, a senhora tem a palavra, por gentileza.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Muito obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Por dez minutos, ok?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Presidente, eu inclusive vou falar agora porque eu não pretendo falar em todos os procedimentos que são semelhantes. Eu acho simbólico, inclusive, que o primeiro procedimento dessa pauta seja justamente o procedimento do deputado Lucas Bove contra mim.

Eu quero começar dizendo que, nessas cadeiras de deputados aqui ao nosso redor, tem nomes e idades de mulheres que foram assassinadas, vítimas de feminicídio no nosso estado. Infelizmente, essa é uma realidade. As cadeiras, inclusive, estão vazias porque são mulheres que poderiam estar aqui, poderiam estar em outros lugares, poderiam estar diante das suas famílias e não estão porque foram executadas, vítimas de feminicídio.

Quando eu assumi uma cadeira neste Conselho de Ética, eu já sabia que teria um desafio muito grande pela frente. Eu seria a única mulher membra do Conselho de Ética em uma Casa Legislativa que tem um deputado acusado de violência doméstica, mais precisamente de violência psicológica e de violência física contra a sua ex-esposa.

Em agosto do ano passado, esse mesmo Conselho de Ética, que hoje vota a admissibilidade de um procedimento de cassação deste deputado, réu por violência doméstica, contra mim, arquivou o procedimento que eu e outros deputados tínhamos requerido contra ele diante das notícias de violência que circulavam na imprensa. A votação foi seis votos contra um. Houve um único voto pela abertura do procedimento, o de uma deputada mulher, a minha suplente nesta comissão, a deputada Ediane Maria.

Naquela sessão, eu fiz uma fala de dez minutos defendendo a abertura do procedimento contra o deputado Lucas Bove, enquanto ele me metralhava com os olhos. Na oportunidade, o deputado Lucas Bove dizia que não era possível a abertura de um procedimento contra ele neste Conselho de Ética baseado em sites de fofoca. Vejam, colegas deputados, agora o deputado Lucas Bove é réu por violência doméstica.

Ele vai dizer agora que uma promotora de Justiça ofereceu uma denúncia por um crime grave com base em site de fofoca e que um juiz aceitou uma denúncia com base em site de fofoca? Ele vai dizer que houve descumprimento de medida protetiva e pedido de prisão preventiva baseado em site de fofoca?

Pois, desde que o procedimento contra o deputado Lucas Bove foi arquivado, o que ele fez foi perseguir e praticar violência política de gênero contra outras deputadas, todas mulheres, claro. Ele cumprimenta os deputados homens com aperto de mão e grita com as deputadas mulheres.

Quem aqui não viu a batida de mesa no plenário? Quem aqui não ouviu o berro de “vai trabalhar”? Quem não ouviu o “eu falo com a mão do jeito que eu quiser”? Quem

não viu ele do lado de uma deputada dizendo: “Eu vou te processar também”, enquanto ela falava no microfone de aparte? Isso tem nome e tipificação penal: violência política de gênero.

Hoje, inclusive, o Supremo Tribunal Federal começa o julgamento dos mandantes de um dos maiores casos de violência política de gênero no nosso País: a execução da vereadora Marielle Franco. Por isso, eu denunciei o deputado Lucas Bove neste Conselho de Ética, com a responsabilidade de procuradora adjunta da mulher dessa Casa Legislativa e de deputada feminista eleita por 259.771 paulistas.

O estado de São Paulo vive uma epidemia de violência contra a mulher. Casos em todo o País nos chocaram nos últimos meses. Para quem é mulher ou para quem se preocupa com a vida das mulheres, os últimos meses foram insuportáveis. Só aqui no nosso estado, uma mulher foi arrastada do carro pelo seu ex; outra mulher foi jogada da janela pelo namorado. Teve uma mulher, nos últimos dias, que foi assassinada e o homem deixou o corpo do lado do berço da sua criança de dois anos, e a criança passou dias chorando, com sinais de abuso e de maus-tratos pelo próprio pai, quando ele tinha acabado de matar a mãe.

No final do ano passado, o Brasil inteiro se levantou em manifestações para dizer que nós queremos as mulheres vivas. Eu sei o que o deputado Lucas Bove diria se ele estivesse aqui. Ele diria, como disse na reunião anterior deste Conselho de Ética, que defende as mulheres que realmente são vítimas, que combate as denúncias falsas. Esse discurso, que é um discurso fraco, um discurso mentiroso, não me surpreende em nada.

É isso que os masculinistas e os *red pills* falam o tempo todo. É isso que o influenciador “Calvo do Campari”, que foi flagrado cometendo violência contra a namorada que negou sexo a ele, dizia e monetizava na internet e que caiu por terra com seus próprios atos. O que o deputado Lucas Bove não diria aqui é que o maior problema que nós atravessamos não são as denúncias falsas.

A Organização Mundial da Saúde já comprovou que a maior dificuldade no combate à violência de gênero é a subnotificação. Mulheres têm medo de denunciar. Sabem por que mulheres têm medo de denunciar? Porque, infelizmente, elas são desacreditadas o tempo todo. Porque a palavra da vítima de um crime cometido entre quatro paredes é constantemente questionada, porque as suas denúncias são tratadas como matérias de sites de fofoca.

Eles dizem que a culpa é do feminismo, que a delegada é feminista, que a promotora é feminista, que a juíza é feminista. É muito mais fácil dizer que existe um complô contra

eles do que reconhecer que isso é um discursinho para esconder a própria violência. Cíntia Chagas foi gigante, foi corajosa e deve ser respeitada. Ela rompeu o silêncio e denunciou uma violência sofrida por ela, mesmo sabendo que o seu ex-marido é considerado uma autoridade.

Este Conselho de Ética tem a oportunidade de reparar um erro e fazer valer a palavra de uma vítima de violência. Por isso, eu quero falar com os meus colegas deputados que são membros deste Conselho de Ética, que, assim como eu, foram incumbidos desta importante tarefa, inclusive com seus nomes votados em plenário, por unanimidade, por todos os deputados dessa Casa.

Aqui, sentados nesta cadeira, vocês são deputados, mas fora daqui vocês são pais de meninas e mulheres, são filhos de mães, maridos de suas esposas, são pastores, delegados, advogados, médicos, pessoas que entendem a importância de proteger outras mulheres. Hoje, estão sendo votados procedimentos do deputado Lucas Bove e contra a deputada Monica Seixas. Mulheres que ousaram dizer que lugar de agressor de mulher não é no parlamento.

Estão sendo votados procedimentos meus e da deputada Monica Seixas contra o deputado Lucas Bove, por violência política de gênero, já que o ódio que antes ele expressava só dentro de quatro paredes, ele não teve nenhum pudor de expressar também nessa Casa Legislativa contra mulheres que combatem o seu ódio. Isso é perseguição, isso também é violência. Isso não pode ser chancelado por essa Casa.

Ainda há uma representação que precisa ser votada, que não está na pauta de hoje: a que eu apresentei contra o deputado Lucas Bove por ele ter se tornado réu por violência doméstica. A Alesp, presidente, precisa dar um recado pelo fim da violência contra as mulheres e abrir o procedimento contra o deputado Lucas Bove o mais rápido possível. Depois de aberto, o mandato do deputado Lucas Bove precisa ser cassado, porque lugar de agressor de mulher não é sentado na cadeira de deputado.

Nós não queremos nenhuma a menos. As feministas ficam. Lucas Bove sai. Obrigada, presidente. (Manifestantes presentes gritam palavras de ordem.).

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Queria também constar aqui a presença do membro deste conselho, deputado Emídio de Souza, e também do deputado Guilherme Cortez, que não faz parte, mas veio aqui. Vamos dar prosseguimento então agora. Alguém quer fazer uso da palavra?

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Gostaria de fazer uma fala.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - A senhora tem cinco minutos. Fique à vontade, deputada.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não, a senhora entrou agora. A senhora está efetiva porque a doutora saiu, a senhora pode ficar dez.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu quero, a todas as mulheres que estão aqui hoje, presentes neste plenário, dizer da importância e do atravessamento que a gente está vivendo na história do nosso País, que tem na sua história marcada a violência contra nós mulheres.

Agora, logo mais faremos 92 anos do voto feminino, e me perguntaram sobre a importância de estarmos ocupando esses espaços. Eu olho para essa Casa, Srs. Deputados, e para quem está assistindo aqui à TV Alesp, todos os dias, nós mulheres, independentemente de sermos funcionárias ou parlamentares, sentimos um incômodo, Sr. Presidente. É bem difícil ocupar esses espaços, porque a gente sabe que, lá na periferia, a gente sabe que estamos morrendo, que somos silenciadas todos os dias.

Eu acompanhei esse processo de perto, inclusive um processo que foi escondido dessa Casa por causa da imprensa, ou porque estava sendo acompanhado ainda, não tinha sido julgado. Mas só que o caso foi julgado. Hoje, o deputado Lucas Bove, ele foi condenado. Então, eu olho para essa Casa e aí eu me pergunto: será mesmo que essa Casa ela vai sancionar a violência contra as mulheres? Será mesmo que um homem covarde?

Porque, a partir do momento que ele se aproveita da sua força - porque todo mundo sabe que numa briga um homem ele é mais forte que uma mulher - se aproveita desse espaço para agredir, para persuadir, para manipular. E aí a gente olha para essa Casa, que tem um papel fundamental, que é de garantir o direito das mulheres. Aqui, é independente de partido, se eu gosto do PSOL, se eu não gosto. Aqui a gente está falando de direitos.

Aqui a gente está olhando. Eu olho para essa Casa com muita preocupação, muita preocupação diante de tantas violências que eu já passei aqui dentro dessa Casa, de pessoas que deveriam estar aqui fazendo projetos de lei, mas que perdem muito mais tempo em atacar o outro do que fazer projetos. Então, o que está em jogo aqui nessa Mesa, o que está em jogo, que vai ser votado hoje, é se as mulheres continuam lutando pelas suas vidas, se hoje o mandato combativo continua atuando aqui na Assembleia Legislativa, se a gente vai poder ter o espaço de fala de fato garantido.

Então, espero que os Srs. Deputados tenham essa consciência, assim como são pais, assim como são avós, vários são pais de meninas, de meninos, que a gente olhe e a gente saia daqui com a certeza de que essa Casa vai fazer uma reparação e que vai garantir que as mulheres continuem vivas, porque precisamos avançar a partir das instituições.

E essa Casa aqui ela é fundamental. Por mais que falem, Sr. Presidente, que o nosso papel não é lá muitas coisas, que não mudamos muitas coisas, eu acredito fielmente que a nossa função é transformar, é trazer mais de nós, é garantir que as mulheres continuem vivas e podendo se posicionar. Essa Casa hoje vai, depois de tanto tempo, depois de uma longa espera, onde foi angustiante para as assessorias que faziam parte aqui há dois anos atrás, que eu fiquei aqui dois anos como membra da Comissão do Conselho de Ética, ficamos assim angustiados esperando: cadê esse processo? Como vamos ver?

A assessoria, o jurídico, não podia ter acesso ao documento. Como é que estava tramitando? Foi desesperador para todos nós. Então, que a gente não silencie, que a gente não coloque em sigilo vidas que são retiradas e mortas no meio da rua, dentro do elevador, dentro de suas casas. Que a gente olhe e fale que essa Casa vai sim começar um processo democrático e que a gente vote com a consciência de que as pessoas lá fora estão vendo as nossas votações. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem. Quem pediu?
Pois não. Pela ordem, deputado.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Presidente, para que todos possam ter ciência do que está sendo...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Mas só um minutinho, nós vamos ter mais uma pessoa que quer falar. Um deputado. Pode ser? O deputado Guilherme Cortez. Aí depois o senhor entra. Assim já mata isso.

Alguém vai querer mais fazer uso da palavra depois? Emídio também. Então, cinco minutos. Enio não acho que não vai poder, porque está (Inaudível.).

Ah, mas o senhor pode fazer cinco minutos. Sim, senhor. Espere um minutinho. O que é que o senhor ia falar, deputado? O que o senhor ia falar?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Não, eu ia fazer um razoado sobre o fato, mas eu aguardo a posição deles.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É melhor, porque depois... Guilherme Cortez, tem cinco minutos, deputado.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Muito obrigado, Sr. Presidente, meus colegas deputados e todo mundo que está acompanhando essa sessão do Conselho de Ética. Presidente, diante de todas as mulheres, sobretudo, que estão aqui acompanhando o resultado dessa reunião, eu gostaria que meus colegas deputados, sobretudo homens, se perguntassem qual recado, qual mensagem essa Casa vai passar para a sociedade do estado de São Paulo.

Na legislatura passada, essa Casa absolveu um deputado que, diante das câmeras do plenário, importunou sexualmente uma deputada. Isso foi notícia no País inteiro. Tocou nos seus seios, e esse deputado só foi afastado durante alguns meses. Agora, essa Casa está discutindo, neste ponto da nossa pauta, uma punição para uma deputada que denunciou a violência contra a mulher, não para quem a praticou. É um mundo invertido.

O Brasil e o estado de São Paulo estão vivendo, isso não é de hoje, mas nos últimos meses isso foi muito noticiado, uma epidemia de violência contra a mulher. Só nos últimos 12 meses do ano passado, foram 3,7 milhões de casos de violência doméstica, de violência de gênero dentro de lares brasileiros. Quando um deputado, um público, bate na mesa e grita contra duas mulheres, isso ecoa em cada casa em que o marido chega bêbado e ameaça a esposa.

Quando a sociedade do estado de São Paulo tem que ver um deputado se sentir à vontade para infringir qualquer tipo de decoro e gritar para uma deputada: “Vai trabalhar”, isso ecoa em qualquer criança que já teve a infeliz experiência de ver seu pai

agredindo a sua mãe, num país em que ex-namorados, ex-companheiros, ex-maridos se sentem no direito de matar sua ex-companheira porque terminaram o relacionamento.

Quando um de nós, um parlamentar no alto da sua responsabilidade, eleito pelo povo de São Paulo, diante das câmeras, comete um ato, ele está incentivando, porque isso passa um recado de que atitudes como essa são ok, são permitidas. E quando a Assembleia Legislativa do Estado à qual esse parlamentar pertence não dá a devida punição, aí o recado que fica para a sociedade é o da impunidade.

Aí o recado que fica para a sociedade é que o papel dos homens é gritar, e que as mulheres, se denunciarem, elas que vão sofrer um processo, como a deputada Paula, como a deputada Monica, que fazem parte de uma minoria de deputadas mulheres nessa Casa, o maior número da história, mas ainda não chega a um terço dessa Casa.

Passa esse recado de que a culpa é de quem denuncia. Quem está constringida, quem tem que estar aqui hoje se defendendo são as mulheres que denunciaram agressão. O deputado que a cometeu nem está aqui, nem deu as caras.

Então, Sr. Presidente, eu espero, eu sei que essa Casa não é famosa pela razoabilidade, mas eu espero o mínimo de razoabilidade deste conselho, porque, como o senhor sempre diz, o Conselho de Ética é uma coisa muito séria, muito séria, para a vida de cada parlamentar aqui e para os recados que essa Casa dá para a sociedade. Hoje, a gente tem muitas pessoas aqui da sociedade nessa Casa.

Queria que elas estivessem aqui para a gente poder discutir um avanço, um direito, um projeto, não precisassem estar aqui para defender o óbvio, o básico, de que as pessoas que denunciam a violência contra a mulher não deviam estar sendo condenadas, punidas, julgadas. Quem devia estar passando por isso é a pessoa que a cometeu.

Mas queria me dirigir aos meus colegas, homens como eu aqui deste conselho, que se indignam, e tenho certeza de que se indignam com cada notícia de violência, com a notícia que a gente teve no fim do ano passado de uma pessoa que foi arrastada pela marginal e com cada caso de uma mulher que é agredida dentro de um elevador quando está chegando na garagem de casa.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Finalizando, deputado.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Cada um desses deputados hoje tem uma oportunidade de fazer a sua parte contra isso e voltar muito orgulhosos para a sua

casa, absolvendo as deputadas que denunciaram a agressão e votando pela condenação do deputado que a praticou. Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputado. O deputado Emídio de Souza tem a palavra por dez minutos.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Bem, bom dia a todos os membros do Conselho de Ética. Bom dia, presidente. Presidente, permita-me fazer uma questão de ordem antes de falar, pois gostaria de saber de V. Exa. quando está previsto pautar o caso principal que envolve o deputado Lucas Bove?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Assim que eu limpar esta pauta aqui, será o próximo.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Não tem previsão de data?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - A previsão... neste primeiro semestre. No primeiro semestre, sim.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - É porque eu apelo a V. Exa., porque esta questão...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É que eu quero limpar isso aqui que está... Eu achei que não fosse nem dar quórum hoje...

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Está se arrastando.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Aí nós vamos acabar com isso. Não tem muito prazo, é rapidinho, não tem o que segurar.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - É porque está se arrastando pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Matamos isso aqui e depois vamos para o outro, que é o da Cíntia Chagas com ele.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria me dirigir primeiro aos oito membros homens do Conselho de Ética e à única mulher que faz parte do Conselho de Ética, que é a deputada Paula. Só a composição desse conselho já demonstra em si o desequilíbrio que existe nessa Casa, e o quanto as mulheres estão sub-representadas aqui na Assembleia, nos órgãos que compõem a Assembleia Legislativa, como este Conselho de Ética.

Eu tive oportunidade, Sr. Presidente, na última legislatura, não nesta, de atuar como relator de um caso que causou muito ruído, que foi o caso da deputada Isa Penna. E todos sabem que foi a primeira vez que um parlamento brasileiro puniu um deputado por importunação sexual, ainda que não tenha sido com a pena desejada por todos, deputado Guilherme, mas foi uma punição, a primeira e a possível que foi naquele momento.

E logo depois, nós tivemos outro caso rumoroso e que a Assembleia e o Conselho de Ética, primeiro o Conselho de Ética e depois o Plenário da Casa, aceitaram as argumentações. A representação tinha sido minha, que é a cassação do deputado “Mamãe Falei” naquele vergonhoso caso da agressão às mulheres ucranianas, daquele sujeito que foi lá dizendo que ia, enfim, prestar solidariedade ao povo ucraniano e foi lá para fazer exploração barata das mulheres ucranianas.

Estou falando isso para dizer a V. Exas. que a luta das mulheres por sua liberdade, por sua independência, pelo direito de viver dignamente, pelo direito de escolher o caminho que quiser escolher, tal qual nós homens podemos escolher, essa luta é das mulheres, mas ela tem que ser decididamente apoiada pelos verdadeiros homens, aqueles que sabem que o respeito começa dentro de casa e vai para todos os lugares.

Então, eu acho que nós aqui, o exemplo que foi dado na gestão passada, que pode não ter sido... No caso do “Mamãe Falei”, o adequado, foi a cassação do mandato pela quase unanimidade dos deputados da Assembleia Legislativa, mas não pode agora, depois, nesta outra legislatura que é esta, um caso tão rumoroso como esse, envolvendo o deputado Lucas Bove, ele acabar em pizza, que seria um recuo da Assembleia pelo comportamento que ela teve nos últimos casos que vieram à apreciação desse conselho.

Então, primeira coisa, o seguinte: esta representação do Lucas Bove contra a deputada Paula da Bancada Feminista nada mais é do que uma vingança barata e rasteira de um deputado que está na berlinda e que, para responder, quer processar, quer instigar o Conselho de Ética contra a deputada, que a única coisa que fez foi apontar o crime do

qual o deputado é acusado. Então, eu acho que a responsabilidade que tem sobre esse conselho não é pequena.

Não é pequena, deputado Nóbrega, não é porque, na verdade, assim, as pessoas estão olhando o que nós estamos fazendo aqui. Aqui dentro da Assembleia não se faz nada secretamente, nem no plenário, nem nas comissões, nem neste Conselho de Ética. Tudo o que se faz aqui está aos olhos vistos da sociedade. E eu sei que V. Exas., que estão aqui, no fundo, no fundo, não comungam, não compactuam e não toleram atividades como a atividade ou atuações como essa que teve o deputado Lucas Bove na sua vida particular.

Agora, por que nós vamos nos submeter, ou V. Exas., porque eu não vou me submeter. Agora, eu acho que V. Exas. deviam pensar também se vale a pena submeter a biografia de V. Exas. para defender um sujeito que não tem o mínimo respeito. Mesmo depois de tudo que aconteceu, desfila pelo plenário como se fosse dono da situação, como estivesse absolutamente seguro da impunidade, como se soubesse que esse conselho, nem o plenário da Assembleia, fará qualquer coisa para puni-lo, porque ele fica, nos intervalos das sessões, buzinando no ouvido de um, de outro, falando e espalhando que tem certeza de que não vai acontecer nada, que ele tem maioria.

Ora, um sujeito que age dessa forma não só quer sair bem, mas quer que V. Exas. assumam a responsabilidade que ele não teve. Então, o apelo é o seguinte: tirem isso do colo de vocês e joguem no colo de quem é dono, quem criou essa bomba, que é o deputado Lucas Bove.

Por isso, o nosso posicionamento aqui será pela inadmissibilidade da representação do Lucas Bove contra a deputada Paula e será pela admissibilidade das representações da deputada Paula, da deputada Monica Seixas, da deputada Ediane contra os deputados que não toleram nem ser acusados de um crime que cometeram. Então, essa é a nossa posição, é isso que nós vamos defender, e esse é um chamado ao Conselho de Ética para que assumam a sua responsabilidade com todas as consequências que ela signifique.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputado. Com a palavra, o nobre deputado Dr. Eduardo Nóbrega. O senhor tem dez minutos.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Obrigado, presidente. Senhores, senhoras deputadas e deputados, importante aqui...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Só um minutinho, queria constar a presença da deputada Monica Seixas. Obrigado.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Deixarmos, de início, claro que neste momento nós estamos deliberando sobre a representação nº 35.300/2025, de autoria do deputado Lucas Bove contra a deputada Paula da Bancada Feminista. É essa representação que é objeto de debate agora do Conselho de Ética.

E nesta representação, o deputado Lucas Bove, em apertada síntese, ele alega que a nobre deputada teria extrapolado os limites de sua função, em manifesta afronta à ética, à moralidade, ao decoro que devem pautar a conduta de todos os membros dessa Casa. Teria a nobre deputada utilizado da tribuna para propagar declarações caluniosas, imputando-lhe falsamente ao deputado Lucas Bove a prática de violência contra a mulher e atribuindo de forma leviana a condição de agressor.

Argumenta, utiliza como fundamento jurídico o Art. 3, dizendo que são deveres fundamentais do deputado, Inciso IV: exercer o mandato com dignidade e com respeito às coisas públicas e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade. Pleiteia a condenação, o recebimento da representação com posterior instrução e condenação à perda do mandato.

Sr. Presidente, nós teremos que tomar uma decisão aqui sobre os limites da imunidade parlamentar, dessa proteção que os deputados, e em todos os parlamentos do País, têm em plenário. Nós conhecemos o clima, sabemos que os debates são acalorados, que muitas vezes as paixões tomam conta dos deputados e deputadas na discussão dos projetos e de todas as deliberações que ocorrem em plenário ou nos outros órgãos da Casa.

Mas também entendemos que a urbanidade, o respeito deve prevalecer em todas as ocasiões. Esse é o objeto, o mérito, o ponto nevrálgico da discussão do Conselho de Ética aqui. Até onde vai esse limite?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - O senhor fale no microfone, deputado, senão não vai sair nada na televisão.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Está saindo baixo? É importante que o povo que esteja assistindo, o povo paulista, possa acompanhar os debates aqui e ouvir. Então, eu vou me aproximar do microfone. Portanto, Sr. Presidente, eu tenho um

conceito bem conservador no que se refere à imunidade parlamentar, levando ao mais alto extremo a possibilidade de debate dentro do plenário.

Não é possível que toda e qualquer discussão mais acalorada possa dar azo a uma denúncia para o Conselho de Ética. Acredito que, no caso da discussão entre os Deputados Lucas Bove e a deputada Paula da Bancada Feminista, esse limite não foi extrapolado. Ficou totalmente dentro daquela proteção que a Constituição Federal e a Constituição Estadual, ao reproduzir essa norma de repetição obrigatória, de proteção do mandato parlamentar e, enfim, da representação, em última instância, da própria vontade popular.

Não foi ofendida, não foi ultrapassada. E, nessa linha, vou encaminhar aqui o meu voto pela não recepção da representação, pela inadmissibilidade da representação, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado Enio Tatto, o senhor tem a palavra. O senhor tem cinco minutos.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o presidente, cumprimento todos os membros da Casa, o público que nos visita. Eu fui membro da Comissão de Ética na cassação do ex-deputado, afastado por unanimidade. Como é que era o nome dele mesmo? “Mamãe Falei”, não é? Arthur do Vale.

O que me parece? Que eu estou percebendo aqui, e hoje a gente percebe, que quem fez a representação não está presente. Ele tinha todo o direito de defender a representação dele contra a deputada Paula. Como a deputada Paula o fez aqui, de forma muito convincente, conforme firme. Com os anos que a gente é deputado aqui na Assembleia Legislativa, a gente percebe que há uma tática.

Ele está numa situação complicada com outras pautas, inclusive aqui na Assembleia Legislativa, como o deputado Emídio cobrou do presidente, que deveria ter sido pautado junto de um outro processo, grave, e não este, que foi um pano de fundo, foi uma forma de fazer uma representação contra a deputada Paula para ver se alivia o processo maior que ele vai responder aqui na Assembleia Legislativa e que a sociedade toda está acompanhando.

Ele não está impedido, ele não tem medida protetiva para estar presente aqui na Comissão de Ética e aqui na Assembleia Legislativa. Ele poderia muito bem estar aqui se defendendo. Não está aqui por quê? Porque é covarde. Porque não tem convicção daquilo que ele fez.

E aquilo que ele fez foi simplesmente para minimizar e ter uma, fazer barganha para tentar livrá-lo do processo maior que ele responde aqui, contra a Cíntia. Essa, sim, tem medida protetiva, da qual ele não pode se aproximar, e provavelmente será condenado. Foi bem lembrado aqui que hoje está fazendo oito anos da morte, da tragédia, do assassinato da Marielle Franco.

Por que demorou oito anos para ser julgado uma pessoa que matou, que cometeu um feminicídio? - uma pessoa não, diversas pessoas que têm responsabilidade com isso - Porque teve um governo que segurou esse processo. Teve um governo que passou a mão, que segurou, que atrasou, que procrastinou esse processo.

Esse processo só foi à frente e vai ser julgado hoje, e de maneira exemplar, eu tenho certeza. Por quê? Porque entrou um governo e um ministro da Justiça, e hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, que desarquivou e colocou o processo para andar. Por isso que chegamos ao dia de hoje, que infelizmente a Marielle faleceu, uma vereadora eleita com mais de 40 mil votos, preta, e simplesmente foi assassinada porque estava denunciando erros e escândalos no Rio de Janeiro.

Então, aqui na Assembleia Legislativa, como foi colocado aqui, a gente não pode passar a mão na cabeça. Para esse tipo de coisa, não tem barganha, não tem negociação. E a prova disso, que ele não tem convicção do que ele fez, da denúncia, da representação contra a deputada Paula, é que ele não pôs a cara aqui para enfrentar a população, quem está nos assistindo, que está aqui presente, e nem para os deputados.

Eu fico imaginando os deputados aqui, o deputado Eduardo Nóbrega, que fez uma colocação aqui, já praticamente colocou a posição dele. Como eles vão defender um cara, uma representação de quem nem aparece aqui para dar satisfação, para justificar a sua representação, para defender a sua representação?

Então, deputado Lucas Bove, você perdeu uma grande chance de, primeiro, não provocar, fazer provocação barata no plenário, que é costume dele fazer isso, para ele ter um argumento para colocar nas redes sociais e se defender de uma denúncia grave que ele está respondendo e provavelmente será condenado. Por isso, eu queria colocar aqui. Fiz questão de vir aqui no início para dar quórum, mas agora, o membro titular, o Emídio, para a gente votar pela inadmissibilidade desta representação. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputado. Com a palavra, deputada Monica Seixas. Cinco minutos, já.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Obrigada, presidente. Bom dia, colegas. Eu vou pedir para a técnica, minha equipe deixou um pen drive com o slide. Você pode colocar o primeiro slide na tela, por favor?

Bom, primeiro eu quero começar com a justificativa do meu atraso. Eu sou mãe, meu filho está doente. Foi difícil tomar a decisão de deixá-lo aos cuidados de outra pessoa para estar aqui hoje. Mas tomei a decisão porque essa Casa tem uma dívida com as mulheres, mas tem uma dívida comigo.

Legislatura passada, quando o deputado Wellington Moura, numa posição bastante parecida, disse que ia colocar um cabresto na minha boca, ele foi absolvido por este Conselho de Ética, comemorou, tripudiou de mim, da sua ação de racismo, e eu me tornei jurisprudência pátria, porque fui o primeiro caso condenado na Justiça de um agressor por violência política de gênero, em que ele está proibido de pisar nessa Casa, porque é o meu local de trabalho. Embora ele seja ex-deputado, me deu uma boa indenização, está com seus direitos políticos paralisados e não pode deixar a sua comarca.

Quero também informar que ação parecida, que a gente vai votar mais tarde, foi aceita pelo Ministério Público Federal, que me chamou para depor sobre a agressão sofrida por Lucas Bove, que agora é réu por violência política de gênero (Gritos.) contra mim, nessas imagens que os senhores vão rever agora, se têm dúvidas, porque Paula pode, sim, pôde, sim, chamá-lo de agressor, e nós estamos diante de um caso de um agressor.

Contudo, no slide atrás de mim, eu espero que os senhores observem que acima está a capa da nossa cartilha comportamental da Assembleia Legislativa. A capa da nossa cartilha comportamental da Assembleia Legislativa. Embaixo, uma foto do plenário.

Não comunica? Ok, vamos ler a cartilha juntos. Por favor, próximo slide. Eu vou dar o contexto. Essa daí foi durante o debate da privatização da Sabesp. Na tribuna estava a presidente do sindicato dos metroviários. Tinha terminado o seu tempo de fala e o presidente pediu para ela concluir.

Lucas correu em direção a ela com o dedo em riste. Eu e Paula protegemos a nossa convidada, que estava saindo da tribuna, com o nosso corpo. Eu estava grávida nesse dia, perdi a gestação momentos seguintes. Os senhores se lembram desse episódio, não é? A gente aprovou, no momento seguinte, aqui na Assembleia Legislativa, a lei que protege mulheres que tiveram perdas gestacionais, áreas separadas na maternidade, por conta dessa minha perda gestacional. Seguinte, por favor.

Aí a gente nem tinha ainda encarado o caso da Cíntia Chagas. A gente só impediu que ele fosse arrancar uma mulher da tribuna. Nenhum de nós teria feito isso. Mas o que

diz a nossa cartilha comportamental? (Pausa.). Respeito entre os colegas, autoridades, servidores, tomar cuidado com os gestos, com proximidade física. Fala que assédio, numa relação homem e mulher, inclusive quando o homem impõe o seu corpo contra uma mulher, num ato de agressão.

Pois bem, vou contar o que aconteceu no dia do que vocês estão chamando de discussão entre mim e o Lucas Bove, rapidamente, que o meu tempo está acabando. E a gente está no momento - para quem está em casa e nos assistindo - piadinhas, invasões, brincadeiras que constroem a mulher é o primeiro sintoma de um quadro crônico de violência. O deputado Lucas Bove nos persegue nos corredores, vários colegas sabem disso.

Emídio sabe, porque não uma, nem duas, nem três vezes nós pedimos para ele tirar ele da nossa área. Lucas me beija, apesar do constrangimento, a gente não tem nenhuma intimidade física. A gente briga, e no momento seguinte ele me puxa pela cintura e me beija pelos corredores. Não é, Emídio? Não é, Guilherme? A gente já não pediu muitas vezes para vocês apelarem a ele, pedindo para ele evitar o contato físico e sair?

Paula dá volta pelo plenário mil vezes para fugir do Lucas, para não ficar perto. Naquele dia, ele falava com a mão assim, próximo ao rosto da Bebel. Ele dizia que ela tinha cara de limão azedo. Eu olhei para a Bebel e disse: “A senhora está bem? Está precisando de ajuda?” E Bebel disse: “Está tudo bem”. Mas o Lucas começou a gritar comigo, dizendo coisas como: “Vagabunda, vai trabalhar, blá-blá-blá”. Socou a mesa.

Socar a mesa, jogar objetos, gritar com você já é um sintoma intermediário de violência contra a mulher. Ele coloca e projeta o corpo para a frente, fala em cima da minha fala no microfone. E quando eu peço ajuda aos senhores, poucos se levantam para acalmar, mas muitos me dizem: “Fica quieta, não retruca”. Enquanto ele soca a mesa, essas imagens estão na internet.

Então, sim, não se trata de liberdade parlamentar apenas, não se trata de um debate comum. Paula denunciou e foi a única que, no momento seguinte, foi ao microfone e disse: “Presidente, o que está acontecendo aqui é inaceitável”.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputada, finalizando, por gentileza.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Estamos diante de um agressor contumaz de mulheres, e a Assembleia Legislativa precisa fazer

algo. E diante da única mulher que se levantou para me defender diante daquela cena de violência, nós estamos num outro momento de violência contra a mulher, a revanche, o revide.

Aqui é violência jurídica e patrimonial, porque é um processo de cassação contra uma deputada. A gente está falando do salário, a gente está falando do instrumento de trabalho dela. Então, o que o Lucas faz é agredir corriqueiramente as deputadas dessa Casa. Eu espero não só que Paula não seja punida por denunciar, mas que a Casa, desta vez, puna o agressor.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputada. Quero aqui também... (Manifestação na plateia.). Quero aqui, por gentileza (Manifestação na plateia.)... Pela ordem, quero aqui um minutinho, por gentileza. Tá bom. Tá bom.

Queria aqui também registrar a presença do nosso sempre presidente, ex-presidente dessa Casa, Carlão Pignatari. E, com a palavra, o deputado Rafael Saraiva. O senhor tem dez minutos.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Obrigado, presidente. Acredito que, por mais que estejamos dentro de uma casa política, esse conselho tem que se basear pelas garantias, pelos deveres e também pelos direitos, pautando todas as decisões em critérios. E eu acredito muito na utilização de critérios objetivos e não de critérios subjetivos para qualquer aceite ou não de admissibilidade de qualquer representação.

Como já fiz em outras oportunidades dentro desse conselho, eu não acredito que aqui seja o lugar para se aceitar, se admitir qualquer representação que tenha como narração dos fatos alguma atividade, alguma ação típica criminal. As ações que estiverem aqui esculpidas como um fato típico jurídico, imputado como crime, e que não tiverem embasadas em uma ação criminal autônoma, desculpa, eu acabo por acreditar, no meu entendimento, que não estão totalmente respaldadas, como foi no caso de um arquivamento de uma decisão que teve anteriormente e teve o status jurídico dela alterado nos últimos meses.

Então, como advogado e pautando numa decisão de critério jurídico, já fica aqui o meu encaminhamento pela não admissibilidade dessa representação 35.300, do deputado Lucas Bove, em face da deputada Paula da Bancada Feminista. E assim eu farei em todas as manifestações que representarem um fato típico jurídico imputado como crime e não tiverem sequer uma aceitação da Justiça Criminal ou Eleitoral do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não havendo mais oradores, alguém quer mais fazer uso da palavra? Então, não havendo quem queira se manifestar, está encerrada a discussão. Em votação. Eu vou fazer voto nominal. Como vota o Sr. Deputado Emídio de Souza?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Voto pela inadmissibilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota o deputado Rafael Saraiva?

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Voto pela inadmissibilidade.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Dra. Paula, então... Como vota a deputada Ediane Maria?

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Eu voto contra a representação do deputado Lucas Bove.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota o Dr. Eduardo Nóbrega?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela inadmissibilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Agora, sou eu. E este presidente vota também contra o processo. E então, qual o resultado? cinco a zero. Está arquivado.

Item 2 - Processo RGL 36266/2025. Representação no Conselho de Ética, de autoria do deputado Lucas Bove contra a deputada Monica Seixas do Movimento Pretas, por quebra de decoro parlamentar.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Quem tem... Bom, aqui agora o deputado Lucas Bove não está. Deputada Monica, a senhora tem dez minutos para fazer uso da palavra, se assim o for.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Bom, no mesmo contexto do processo do Lucas contra a Paula, é um processo de vingança...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Estamos em discussão, ok? Pode dar a palavra, deputada.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - É um processo...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ah, perdão, perdão, perdão, perdão. Só a palavra, por gentileza.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Está bem (Pausa.). De vingança. Muito comum, inclusive nessas questões, serve inclusive para manter a vítima no lugar de vítima, com medo de se mexer, com medo de denunciar, com medo de se livrar da prática de violência. Tem um nome disso: *lawfare*. Usar processos e medidas judiciais de vingança contra a vítima.

Como eu contei para vocês, o enfrentamento entre nós e o Lucas Bove não acontece pela primeira vez naquele episódio no plenário que viralizou na internet, em que ele soca a mesa e projeta o corpo sobre mim, dizendo: “Vai trabalhar, não respeito você, vai trabalhar, e falo com a mão do jeito que eu quiser.” O processo começa antes.

Vou dizer mais uma vez: quando Lucas chega na Assembleia Legislativa com seu habitual gesto de beijar mulheres, nós, da legislatura anterior, chamamos o colega para dizer: “Não deu certo isso na legislatura passada. Evite contato físico entre homens e mulheres, sobretudo com as mulheres que não são suas amigas. Não queremos outro caso Isa Penna. Uma mão mais baixa, uma mão mais alta. Já vimos no que deu, deputado. Evite encostar.”

Ele não só não evita, como ele faz isso. E eu estou usando esse espaço para dizer o que nós estamos denunciando quando a gente chega ao ápice de gritar daquele jeito no plenário. Já disse, Paula dá voltas no plenário quando o deputado chega, para fugir do

contato físico, corre aos colegas, manda recado. A gente já tratou disso com o presidente. A gente já chamou André do Prado para pedir para o André do Prado intervir nessa questão.

Na votação da privatização da Sabesp, quando ele parte para cima de uma convidada, havia uma convidada falando na tribuna, o tempo dela acabou. Nenhum dos senhores se move ou se moveria de maneira alguma para o contato físico com um convidado. No máximo, nos dias mais acalorados aqui da Assembleia Legislativa, a gente grita: “Acabou, concluiu”. Mas não corre em direção ao convidado. Tanto é que eu e Paula usamos o nosso corpo para proteger a convidada de contato físico.

Nessa ocasião, que saiu essa foto também na imprensa, eu chamo o deputado e falo: “Deputado, cuidado com o corpo, cuidado com o gestual. O senhor é um homem enorme, enorme. Isso daqui não é um campo de futebol. Quando o senhor corre assim em direção, isso passa um recado violento.” Quando surge o caso da Cíntia Chagas, e sim, a gente acha que caso de violência contra a mulher tem que ser debatido aqui mesmo, porque esses senhores que praticam dentro de casa violência contra suas companheiras, praticam na política violência contra um conjunto de mulheres.

Afinal, nós estamos falando de uma legislatura que se nega a ampliar os recursos da proteção contra as mulheres. O governador Tarcísio se recusa a cumprir a legislação da DDM 24 horas. O sistema de proteção à mulher vítima de violência está desmontado no estado, assim como o Hospital da Mulher na Capital e outros tantos hospitais que atendem a saúde da mulher.

Há reflexo entre um agressor que senta aqui e a política que a gente entrega para as mulheres no estado de São Paulo? E isso é exemplo, e a gente tem que discutir, sim. Nós apresentamos aqui, mas nos comprometemos a não levar a disputa para os corredores, porque ela e eu sabemos muito bem o quanto é difícil ter medo de andar pelos corredores do nosso local de trabalho.

Ela e eu sabemos o quanto é difícil, num dia de votação, você escolher qual colega você vai sentar atrás para não incomodá-lo muito, porque ontem eu já fiquei na dependência da proteção do Emídio, agora eu vou ficar na dependência da proteção do Guilherme, e amanhã vou ficar na dependência da proteção do Fiorilo, porque a gente não consegue se sentar à vontade pelo plenário, que é o nosso lugar de trabalho.

Então, quando eu chego na Professora Bebel e pergunto: “A senhora está bem?” é porque a gente sabe muito bem o que a gente está enfrentando pelos corredores. E ela me

respondendo, era uma pergunta para ela, mas o Lucas começou a berrar comigo, a ser agressivo comigo. E eu repito: ninguém se levantou para conter o deputado.

Muita gente me pediu para não gritar de volta, mas em que situação eu fico se eu ficar impedida até de me defender na Assembleia Legislativa? Disse que o Lucas é um agressor de mulheres porque ele me agrediu. Digo que o Lucas é um agressor de mulheres porque ele agrediu a Paula.

Digo que o Lucas é um agressor de mulheres porque eu vi ele agredindo a Bebel. Digo que o Lucas é um agressor de mulheres porque ele é réu por violência política de gênero contra mim agora. E vocês não querem deliberar a matéria do nosso pedido de cassação contra Lucas, mas a Justiça já está deliberando, e vai ser uma nova vergonha se houver uma condenação, como houve no caso do Wellington Moura, sem que a Assembleia Legislativa tenha se movido.

E Lucas é réu também por ter agredido a sua ex-companheira Cíntia Chagas. Ameaçou ela patrimonialmente, juridicamente, atirou objetos como uma faca contra ela, disse que ia queimar as suas coisas e continua a agir assim pelos corredores, apesar de a gente já ter pedido até para a Presidência conversar com o deputado e pedir para ele manter uma distância física da gente.

Gritar no plenário e dizer: “Há um agressor de mulheres contra nós”. Mais do que exercer a nossa tarefa como deputadas que estão preocupadas com a política de proteção às mulheres vítimas de violência, nós estamos denunciando que nós mesmas não estamos seguras e confortáveis pelos corredores. E os senhores não estão entendendo. E os senhores não estão nos ajudando. E os senhores estão deixando o conflito escalar.

Porque cenas como essa, dele projetar o corpo contra mim, colocar a mão quase no meu rosto, socar a mesa, é quase o final de um processo longo de violência que a gente está tentando intermediar de outras formas, mas o agressor não está topando se retirar e está escalonando contra nós. Então, esse processo de *lawfare*, esse processo de vingança, vai servir para uma coisa, Lucas: a gente seguir te expondo; para a gente seguir dizendo a verdade; para a gente seguir dizendo que mulheres eleitas não estão protegidas nem no seu lugar de trabalho.

E imagina a situação das demais mulheres nos demais locais de trabalho, no cotidiano da vida. Essa Assembleia Legislativa, que votou a vergonhosa, a vergonhosa Secretaria da Mulher com dez reais em rubricas para proteção à mulher; esta Assembleia Legislativa, que ainda não se levantou contra o fato de a gente não ter delegacia da mulher 24 horas nos municípios, apesar do recorde de feminicídio; a Assembleia Legislativa, que

não está debatendo o fato de que tem mulheres que viajam 100 km para dar à luz porque a gente não conseguiu entregar a maternidade, e que tem um índice tão alarmante de morte materna quanto de feminicídio, por omissão do Estado, não pode seguir se omitindo de casos de violência contra a mulher.

Eu gritei, eu denunciei, e eu seguirei denunciando não só esse, mas como outros agressores de mulheres. E aqui não se trata apenas da minha liberdade ou imunidade parlamentar. Aqui se trata de política. Qual exemplo político e qual atuação política nós vamos entregar para as mulheres do estado de São Paulo? Mas mais do que isso, como os senhores vão colaborar para o bem-estar das servidoras mulheres da Assembleia Legislativa, que têm o direito de não serem tocadas pelos deputados ou superiores sem a permissão delas, de não serem ofendidas e humilhadas publicamente no exercício da sua função? E nós, deputadas mulheres, que, na mesma condição, não estamos seguras no plenário. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Quero aqui constar, também registrar a presença de quem passou por aqui, o deputado, nosso líder do governo, Gilmaci Santos, e o deputado Thiago Auricchio.

Em discussão. Não havendo quem queira se manifestar, está encerrada a discussão. Em votação nominal. Como vota o Sr. Deputado, Sras. e Srs. Deputados? Deputado Emídio de Souza?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Voto pela inadmissibilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Voto do deputado Rafael Saraiva?

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Voto pela inadmissibilidade.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota a deputada Paula, Dra. Paula da Bancada Feminista?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Voto pela inadmissibilidade, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota o deputado Eduardo Nóbrega?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pelo não recebimento da representação.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E eu voto também pelo não recebimento da representação.

O SR. - Quanto ficou?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Cinco a zero. Ficou cinco a zero. Arquivado. (Palmas.).

Item 3 - Processo RGL 38126, de 2025. Representação nesse Conselho de Ética, de autoria da deputada Dra. Paula da Bancada Feminista contra o deputado Lucas Bove, por quebra de decoro parlamentar.

Quem quer fazer uso da palavra? Deputada, a senhora tem dez minutos para fazer uso da palavra.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Muito obrigada, presidente. Nem pretendo utilizar todo o meu tempo. Eu só queria frisar, eu acho que essa Assembleia Legislativa está tendo uma oportunidade importantíssima nesse Conselho de Ética. O Conselho de Ética é uma grande responsabilidade para os parlamentares, e eu entendo que realmente debater quebra de decoro parlamentar não é qualquer debate.

Mas, nesse caso, e eu gostaria que nós não diminuíssemos os efeitos e os impactos do tipo de debate que nós temos no plenário, o tipo de atuação que os parlamentares têm nos corredores, porque, nesse caso, o que nós estamos debatendo é um crime. Nós estamos debatendo um crime previsto no Código Eleitoral, que é o crime de violência política de gênero.

O que tanto eu quanto a deputada Monica estamos dizendo aqui, e depois nós analisaremos outros casos também, mas, nesse caso contra o deputado Lucas Bove, o que tanto eu quanto a deputada Monica estamos dizendo aqui é que existe um deputado dentro dessa Casa Legislativa que se esforça para inviabilizar a nossa atuação parlamentar.

Cada vez que um deputado pratica violência política de gênero contra outra parlamentar, ele o faz porque quer que nós nos retiremos do espaço político. Cada vez que o deputado Lucas Bove faz, como fez com a deputada Monica Seixas, grita, bate na mesa, fala: “Vai trabalhar, eu falo com a mão do jeito que eu quiser”, ele faz isso porque se sente à vontade, sob o manto da imunidade parlamentar, de violentar outras mulheres.

Eu repito o que disse no plenário naquela oportunidade: se o deputado Lucas Bove queria que o Brasil inteiro descobrisse que ele é violento, pois o Brasil inteiro descobriu que o deputado Lucas Bove é violento, porque fez isso com outras parlamentares em um ambiente filmado. E eu não duvido nem um pouco que também o tenha feito com a sua ex-companheira. Verdade, existem, inclusive, notícias, que ele vai chamar de fofoca, de que não foi nem mesmo a primeira vez.

Mas, voltando ao nosso caso, eu quero dizer que a prática de violência política de gênero é uma tentativa de nos afastar do nosso exercício parlamentar. E a proteção aos mandatos parlamentares de mulheres, que, infelizmente, são a minoria dessa Casa Legislativa, deveria ser tratada como um exercício de democracia. Quando uma mulher é obrigada a subir no plenário e fazer como eu fiz, defender o exercício parlamentar de outras mulheres, cada vez que nós temos que usar a palavra do pequeno expediente, do grande expediente, da sessão extraordinária, da discussão de projeto, para dizer: “Nos deixem falar. Não queremos ser interrompidas. Parem de nos perseguir e gritar conosco nos corredores.”

Cada vez que nós fazemos isso, nós deixamos de debater um projeto importante para a sociedade paulista. Nós precisamos discutir matérias apresentadas pelo governo do estado de São Paulo. Nós precisamos discutir os nossos projetos de lei.

Que sociedade é essa? Que democracia é essa em que mulheres parlamentares são obrigadas a só se defender? Nós vivemos uma experiência gravíssima de violência política de gênero nessa Casa Legislativa. Em maio deste ano, todas as deputadas mulheres dessa Casa foram ameaçadas com um e-mail. Todas foram ameaçadas de morte, foram ameaçadas de estupro, algumas citadas nominalmente, inclusive, mas todas foram ameaçadas, inclusive os seus filhos, inclusive os seus animais de estimação. Todas foram ameaçadas.

Naquele momento, nós nos reunimos com o presidente dessa Casa para dizer: “Presidente, proteger o mandato de mulheres parlamentares é uma tarefa coletiva. Não pode ser que eu, a deputada Monica, a deputada Ediane e outras mulheres tenhamos que, sozinhas, defender o exercício dos nossos mandatos, defender a nossa palavra, defender

a nossa voz, defender a tarefa que centenas de milhares, que milhões de paulistas conferiram a nós.”

Nós não fomos eleitas para nos defender, mas nós precisamos, quase toda semana, subir no púlpito, pegar o microfone para defender os nossos mandatos e os mandatos das nossas colegas parlamentares. Eu repito: a violência política de gênero é um crime. O que o deputado Lucas Bove faz nessa Casa Legislativa é a prática de um crime.

É por isso que, assim como a deputada Monica, eu não mantive essa denúncia só nesta esfera. Eu também levei este caso ao Ministério Público Federal. Eu também tenho me articulado com outras parlamentares do Brasil inteiro, e eu posso citar outras aqui. Por exemplo, a vereadora Bruna, também perseguida na Câmara Municipal de São Caetano do Sul, que vem hoje aqui nos prestar solidariedade, porque também foi incumbida de solidariedade no exercício do seu mandato.

Nós também precisamos nos unir com parlamentares mulheres de outras casas legislativas que passam pela mesma coisa, pedidos de cassação sem nenhuma justificativa, sem nenhum nexos, que precisam também representar seus colegas parlamentares em conselhos de ética para ter os seus mandatos garantidos.

Não há nenhuma equivalência entre a representação apresentada por mim e a representação apresentada pelo deputado Lucas Bove. O deputado Lucas Bove apresentou uma representação contra mim para tentar me calar, para tentar fazer com que eu não dissesse a verdade, que é que ele é réu por violência doméstica contra a sua ex-esposa. E eu o farei sempre que tiver oportunidade.

Mas eu aqui representei o deputado Lucas Bove, porque o deputado Lucas Bove cometeu, comete, segue cometendo um crime nessa Casa Legislativa: o crime de violência política de gênero. Enquanto mulheres tiverem os seus mandatos ameaçados, enquanto mulheres parlamentares precisarem levantar a voz para poder ter voz, nós temos um problema seríssimo de democracia.

E eu acho que essa Casa Legislativa precisa se atentar para não tratar este caso como briguinta de plenário, para não diminuir o efeito e o impacto real que a violência política de gênero tem na vida de mulheres parlamentares. Então, mais uma vez, eu agradeço muito aos meus colegas parlamentares por terem arquivado a representação do deputado Lucas Bove contra mim e contra a deputada Monica.

Mas eu peço encarecidamente que agora seja votada a abertura deste procedimento, que, mais uma vez, assim como outro caso do deputado Lucas Bove que ainda será discutido aqui, corre na esfera criminal. Mas eu sei que, se a gente abrir este

procedimento, a gente também vai ter uma oportunidade importante de discutir e de punir um deputado que pratica violência política de gênero contra outras deputadas.

Então, para explicar, deputado presidente Delegado Olim, para as pessoas que nos acompanham, mais uma vez, depois de falar que me defenderia, como eu sou membra do Conselho de Ética titular, mas sou representada nesse caso, assim como fiz no outro caso que versa sobre mim, eu vou me retirar da sala para que a deputada Ediane Maria possa votar em nome da bancada do PSOL, como minha suplente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputada. Ah, deputada, a vereadora Bruna, se a senhora quiser se sentar na última cadeira, está autorizado, por gentileza. Pode entrar aqui dentro. Fique à vontade. Pode se sentar aqui.

Com a palavra o deputado Guilherme Cortez. O senhor tem cinco minutos, por gentileza.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Presidente, também quero muito ser breve. Primeiro, agradecer aos meus colegas que, de maneira muito coerente, votaram pela inadmissibilidade de uma denúncia completamente desproporcional e infundada contra minhas colegas deputadas Paula e Monica. Eu sou testemunha, porque sou colega de bancada de ambas, que são duas das 25 deputadas mulheres que a gente tem nessa Casa, duas das cinco mulheres negras que a gente tem nessa Casa, e que não é por coincidência que são duas deputadas que fazem da defesa das mulheres, da vida das mulheres, uma das suas pautas centrais, o que só torna mais emblemático.

No processo que a gente está vendo aqui, depois da fala da deputada Monica, uma coisa me surgiu. O que aconteceria se, durante uma discussão num plenário, um deputado desse um tapa na cara de uma deputada? Certamente, seria um escândalo. Ia aparecer no Jornal Nacional, todos os deputados iam postar nas suas redes sociais falando que é um episódio lastimável. Ia ser uma vergonha nacional.

Mas nunca começa com o tapa. O tapa é uma escalada da violência. Começa com a zombaria, depois a ameaça, depois o grito, depois bater na mesa, até chegar nas formas mais extremas, até chegar nos homens que se sentem no direito de tirar a vida de uma mulher por qualquer motivo que seja. Se isso acontecer, todo mundo vai falar: “Meu Deus do céu, como se permitiu que uma coisa dessa acontecesse?” Assim como no caso do deputado Fernando Cury, muito se fala o nome da deputada Isa Penna, mas poucos lembram o nome do deputado que a palpou, que a importunou sexualmente.

Quando aquilo aconteceu, eu nem era deputado, e a reação de todo mundo, imagino que aqui dentro foi a mesma, deputado Emídio: “Como uma coisa dessa pode acontecer? Que ambiente permitiu que um deputado, sabendo que estava sendo filmado, sabendo que estava no meio dos seus colegas - o que só torna mais absurdo, embora seja igualmente absurdo se fosse no ambiente privado -, que ambiente possibilitou uma pessoa se sentir autorizada a fazer aquilo?”

Eu espero que a gente não precise chegar ao momento em que uma deputada tome um soco, tome um tapa ou coisa pior no meio do plenário para a gente se perguntar: “Meu Deus, como a gente deixou chegar a isso?” Mas, para isso, é preciso que as etapas intermediárias, que vão crescendo, que vão gradando até a gente chegar a um momento mais extremo, que elas sejam devidamente sinalizadas e punidas, porque, senão, os demais, os que virão, se sentem na mesma sensação de impunidade que o deputado Lucas Bove sentiu.

Não estamos nem discutindo nesse momento o processo que está ocorrendo na Justiça. Estamos discutindo uma ação em que um deputado, diante dos olhos de todos nós, diante das câmeras da Rede Alesp, bateu na mesa, xingou deputadas, foi para cima de deputadas, e ele não vai receber sequer uma advertência?

As deputadas pedem a cassação, que eu acho mais do que adequado. Não sei se existe uma disposição dos demais deputados para a cassação. Pelo que eu ouvi das outras falas. Agora, sinceramente, deputados, a pessoa que bate na mesa, manda outra deputada trabalhar, grita contra elas, não vai receber nenhum tipo de sanção, de punição, sequer uma advertência? Advertência na escola é aquela cartinha que você leva para os seus pais assinarem. É o mínimo. É o mínimo. Deputada Monica tem. É o mínimo para você sinalizar: “Isso não pode. Isso não é legal. Não faça mais isso.” É a pena mais branda do mundo.

Eu acho que, retomando as imagens, eu queria, mais uma vez, com todo o respeito que eu tenho pelos meus colegas deputados que compõem este Conselho de Ética, e sabendo a responsabilidade que é estar num Conselho de Ética, respeitar os direitos, os deveres, o decoro e a prerrogativa de todos os deputados. Perguntar aos meus colegas deputados: se fosse com a filha dos senhores, se fosse com a mãe dos senhores, se fosse com as esposas dos senhores, com as assessoras dos senhores, que um deputado batesse na mesa, gritasse, mandasse trabalhar, como vocês agiriam?

Vocês fariam muito pior do que dar uma advertência. Vocês iriam para cima da pessoa para defendê-la. Então, o mínimo que essa Casa pode fazer. O que sair desta

reunião vai se tornar notícia nos jornais. Uma notícia pode ser: “Alesp absolve as deputadas acusadas e absolve o deputado que as agrediu”, ou seja, passou pano, pacotão, deu pesos iguais para processos diametralmente opostos.

E uma outra notícia, que eu acho que engrandeceria essa Casa num momento em que o Brasil e o estado de São Paulo discutem a epidemia de violência contra a mulher, é: “Deputadas que denunciam a agressão são absolvidas...”

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Finalizando, deputado.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - E deputado que gritou contra elas é responsabilizado.” Aí, sinceramente, presidente, eu não sou membro desse conselho, e deixo para os deputados ponderarem qual é a sanção adequada, mas eu acho que seria uma vergonha vocês terem que justificar para os colegas de vocês que um deputado que grita contra outras mulheres, vocês terem que falar para as filhas de vocês hoje à noite que um deputado que grita contra as mulheres, para a esposa de vocês hoje à noite, que um deputado que pratica tudo isso não saiu nem com uma notinha para os pais assinarem de mau comportamento. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado. A senhora quer fazer uso da palavra, deputada?

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - À vontade.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Só uma breve colocação. Aqui, nós estamos denunciando, tanto a Paula, e na pauta seguida a minha, nós estamos denunciando o deputado Lucas Bove por violência política de gênero pelo último episódio, aquele do plenário, que eu vou exibir logo mais para os senhores reassistirem à cena na minha defesa.

Mas eu quero só salientar que tanto eu quanto ela levamos a mesma denúncia que está na mão dos senhores para o Ministério Público Federal, por violência política de

gênero, e, no meu caso, o inquérito está aberto. O deputado Lucas Bove é réu por esse episódio na Justiça.

Então, eu quero fazer um apelo. Acho que a Assembleia Legislativa tem que, no mínimo, aceitar e acompanhar a apuração da Justiça, para que, no caso de condenação lá, vocês também tenham a oportunidade de debater uma sanção ao deputado aqui. Porque, da última vez que isso me aconteceu e a Assembleia Legislativa absolveu, foi horrível ver a Justiça condenar um agressor que aqui tripudiou da gente com a vitória dada pela Assembleia Legislativa.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Só gostaria de pedir uma explicação à deputada Monica Seixas. O fato foi levado ao Ministério Público Federal e, no caso da sua *notitia criminis*, foi aceita e instaurado inquérito policial. E no caso da nobre deputada Paula?

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Como eu não sou autora, eu não posso dizer ao senhor. Eu não tenho essa informação, mas, no meu caso, eu estou segura de que foi.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Até respondendo ao deputado, conversei com a deputada Paula, e o inquérito dela está aberto, deputado Lucas Bove consta como investigado, ainda não foi denunciado. Eu gostaria de saber se o da senhora ainda está no mesmo status, se ele já apresentou, se ele já foi ouvido, e se ele... Porque ele, em tese, não é réu no caso da deputada Paula. Ele é investigado. Eu gostaria de só saber o status da senhora, por favor.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - O jurídico confirmou. O senhor está certo. Investigado.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ok. Em discussão.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a discussão dessa representação...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pera aí. O senhor vai falar? Quer o uso da palavra? Então tá bom.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidente. Antes do nobre deputado Eduardo, com a sua permissão, queria questionar a V. Exa. por que a TV Assembleia não está transmitindo essa sessão?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu nem sabia. Eu falei aqui no começo, não sei.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Está transmitindo apenas pelo canal do YouTube. Não está transmitindo pela TV, que é comum fazer.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu acho que hoje esse conselho é importantíssimo. Devia estar... A TV Alesp precisa ver aí, que eu não sei nem quem manda nisso aí. Não são os senhores que mandam, não é o PT que manda na TV Alesp?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Vossa Excelência poderia, me permita a sugestão...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não sei nem quem é que manda lá.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Sugiro...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu nunca vou lá, nem sei onde é. Desculpa.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Sugerir...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Vamos sugerir que seja transmitido. Tanto é que eu li no começo, eu dei o prazo para a TV Alesp.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Sugerir a V. Exa. que alguém da sua assessoria fale com a TV Alesp e explique por que não está transmitindo. Porque normalmente se transmite. Eu não sei se é o tema...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Mas será que o Conselho de Ética transmite? Eu não sei.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Transmite, sempre. Sempre transmitiu.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ah, estão dizendo aqui que pode ser algum programa da grade fixa, e aqui não é tão importante.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Não, não tem...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Modo de dizer, eu estou falando. Se é importante, era para colocar, você entende?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Só para dialogar com Vossa Excelência. Normalmente, quando o canal é compartilhado com algumas câmaras municipais, às vezes, quando está passando sessão de câmara ou de outra câmara, não transmite.

Mas agora, nesse momento, ela está transmitindo um programa sobre postos de gasolina, um assunto que não tem a menor, vamos dizer, não tem, comparado com este, não tem a menor importância.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tem certeza de que é isso? Então, não está ao vivo?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Não está ao vivo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Depois eu vou falar com o presidente. Aí, vamos ver como é que podemos fazer. Eu li antes aqui o texto para que fosse televisionado, então eu nem sabia. Vamos dar prosseguimento. Aqui, quem...

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sou eu, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ah, deputado. Pode, tem o uso da palavra, Eduardo Nóbrega.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Essa representação versa sobre uma imputação da deputada Paula da Bancada Feminista contra o nobre deputado Lucas Bove, por quebra de decoro parlamentar. Eu acompanhei atentamente aqui a manifestação da nobre deputada Monica Seixas, e ela faz uma síntese do que aconteceu.

E eu enxergo, na mesma linha da deputada, e eu não vejo nesse fato, eu não consigo enxergar, Sr. Presidente, nesse fato, algo muito diferente do da próxima representação, em que me parece que tem até um vídeo para instruir a representação. Eu não consigo fazer a desvalorização pelo que eu tenho de elementos de informação até este momento, para que constitua a quebra do decoro parlamentar.

Eu tenho dito e reiteradamente aqui, nobre Emídio, colega de cadeiras da faculdade de Direito, e estudamos cinco anos juntos, não é, Emídio? E eu tenho reiteradamente dito que a imunidade parlamentar é um instrumento essencial e indispensável para a independência do Poder Legislativo.

É bem verdade também que o STF já deixou isso pacificado, de que nenhum direito é absoluto, nem mesmo a imunidade parlamentar. E ela não pode ser utilizada como escudo para a prática de crimes. Na medida em que uma manifestação, ainda que em

plenário, no contexto do que esteja sendo discutido naquele momento, o parlamentar pratique um crime, principalmente crimes contra a honra são os mais suscetíveis de acontecer...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Só para dizer ao deputado Emídio que está ao vivo aí pelo YouTube, hein? Está bem... uma foto bonita.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Pelo YouTube, eu disse que está. Eu estou falando pela TV, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tá? Tá bom. Só para o senhor saber.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Só TV.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Então, presidente, nesses casos, o Conselho de Ética tem que tomar uma definição. Eu tenho falado isso há algum tempo, me manifestei da mesma maneira na representação contra as nobres deputadas, agora anteriormente decididas pelo não recebimento por esse Conselho de Ética. E eu faço aqui uma questão de ordem: se é possível que se venha a este julgamento os vídeos, ou o vídeo que foi apresentado na representação, para instruir a pretensão punitiva, porque, na forma que foi narrada aqui pela representante, eu não consigo vislumbrar que se ultrapassou o limite da garantia do direito da imunidade parlamentar.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de ter mais elementos de informação para que pudesse valorar de maneira adequada a presente representação. Não sendo possível, eu vou aqui, na dúvida, me inclinar para a garantia do direito à imunidade parlamentar nesta representação, essa manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputado. Quero aqui registrar a deputada Thainara Faria, presente aqui. Obrigado. Palavra ao deputado Rafael.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Obrigado, presidente. Apenas para falar, a gente está no Item 3, mas serve para o item seguinte também.

E fica aqui já um adiantamento do meu voto pela inadmissibilidade e um pedido. Caso, nesses processos, haja a denúncia, considerar-se-á um fato novo, podendo ser reaberto isso com base na análise do Judiciário, seguindo o critério que eu já estabeleci em todas as votações aqui dentro do conselho.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Positivo. Em discussão.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Questão de ordem. Se o senhor permitir, eu tenho o vídeo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Mas é do outro caso que vai ter, ou esse?

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - É que eu e a Paula estamos falando do mesmo episódio. Só que ela narra os fatos em primeira pessoa da violência que ela sofreu, e eu narro o fato em primeira pessoa, mas é o mesmo episódio.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Um minutinho só.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, presidente. Muito, muito breve, enquanto se coloca o vídeo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu estou vendo aqui.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Ah, tá bom. Então, depois que o vídeo passar.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - O vídeo começa quando eu escuto ele falando com a Bebel e a mão perto do rosto dela. E eu

pergunta: “Professora, a senhora está bem?” Foi isso que eu disse à Bebel que não vai aparecer ali. Eu pergunto: “Professora, a senhora está bem?” Perguntando se ela está confortável na situação.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deu. Conseguiu achar? Vamos dar prosseguimento. Na próxima eu sei que tem um vídeo aí, não é isso?

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Está na página sete.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Achou?

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Aí embaixo, é o vídeo?

A SRA. - É que ele não está entrando, deputada.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não está entrando, deputada.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Se a gente puder suspender por três minutos, a equipe está descendo num arquivo separado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Algum deputado tem algum problema de suspender por três minutos? Se todos concordarem, sim, se não, não. Nenhum? Não ouvi. Todos a favor? Tá bom, três minutos, hein?

* * *

- Suspensa, a sessão é retomada sob a presidência do deputado Delegado Olim.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Srs. Deputados, por gentileza, retornem às suas cadeiras. Vamos dar prosseguimento, senão isto aqui vai até às três da

tarde. Estou aguardando os deputados. Srs. Deputados, por gentileza, retornem a seus lugares. Achou?

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Achei. Só está abrindo o arquivo. Calma aí. (Inaudível.).

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Aqui é uma tecnologia maravilhosa. Deputado Emídio, deputado Eduardo Nóbrega. Deputada Ediane no lugar da Paula. Deputado Emídio. Chegou o deputado Emídio.

Todos estão presentes. Por gentileza, sentem-se. Vamos lá. Nós vamos colocar um vídeo para que todos os senhores vejam aí. E tem um outro vídeo na próxima, é isso?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Eu tenho dois vídeos.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tem dois vídeos. Então tá bom. Vamos lá, vamos dar prosseguimento. 1, 2, 3, 4... 1, 2, 3, 4, 5, já está dando quórum.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - A gente está apanhando da tecnologia.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não, fique tranquila, Dra. Paula, Dra. Monica, Doutora... deputada Monica. Deputado Emídio está presente. Agora é a deputada Paula que está no local. Eu, Eduardo Nóbrega, Rafael está presente. Ué, o outro...

O SR. - Tem cinco presentes, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ah, o deputado Fábio não é membro, mas está aí. Me avise só quando for começar, para a gente poder prestar atenção.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Foi, né, gente?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pode? Já está na mão? Aqui não tem nem... Você não consegue nem falar nas redes sociais. Quanto mais... Deu aí? Deu.

Srs. Deputados, está reaberto o Conselho de Ética e vamos colocar um vídeo para que os senhores vejam aí.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pois não.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Só para explicar a ordem dos fatos de que nesse dia, e isso está bem nítido na representação. Isso foi depois da votação do Conselho de Ética que arquivou o caso do deputado Lucas Bove, na mesma semana em que houve esta discussão.

Depois que a deputada Monica falou, eu estava no plenário, estava e falando no microfone. Então, o momento em que a deputada Monica está no microfone de aparte é o momento em que eu estou falando no púlpito, e naquele momento o deputado Lucas me interrompe sistematicamente e começa o “Vai trabalhar, eu falo com a mão do jeito que eu quiser”, e etc.

Eu tenho um outro vídeo, bem rápido.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Esse vai ser para o próximo, não é isso?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Não...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É aqui também?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Aham, é que é tudo sobre o meu caso, depois é o caso da Monica. Que é sobre, e eu falo isso também, enquanto eu estou falando, é sobre a postura do deputado Lucas enquanto eu estou falando nesse Conselho de Ética, eu gostaria de mostrar...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Vamos colocar o vídeo.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - ... como o deputado Lucas me olha enquanto eu falo.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Só queria mostrar que são dez minutos, eu não vou mostrar dez minutos de vídeo, mas são dez minutos que eu falo e o deputado Lucas fica me fuzilando com o olhar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Mas teve algum bate-boca nesse vídeo?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Não, foi no Conselho de Ética. Não é sobre bate-boca. E pode tirar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Conselho de Ética? Quando foi? Então tá bom.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - É, então eu só queria mostrar...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Vamos senão a gente vai... Já deu para entender.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Mas eu só queria concluir muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu vi a posição dele. Pode concluir.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Só queria dizer que nós sustentamos, nas nossas representações, que a violência política de gênero é uma prática constante. Ela não se resumiu em um ato, em um vídeo ou nada. É a forma como o deputado Lucas tenta a todo tempo inviabilizar a nossa atuação parlamentar. Então, é sobre isso, na verdade, a nossa representação aqui e no Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não havendo quem queira se manifestar...

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Muito breve o que eu tinha para citar, mas só um comentário.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - O senhor já falou, já falou. Fala na próxima.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Vai ser dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não, não, não. Não havendo quem queira mais, está encerrada a discussão. Em votação. Como vota o Sr. Deputado Emídio de Souza?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Voto pela admissibilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela admissibilidade. É isso que eu ouvi?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Isso.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tá bom. Como vota o deputado Rafael Saraiva?

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Pela inadmissibilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota a deputada Ediane?

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - A favor da representação.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota o deputado Eduardo Nóbrega?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pelo não recebimento da representação.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu voto pelo arquivamento. Arquivado este processo. (Manifestação na plateia.).

Item 4 - Processo RGL nº 38134/2025. Representação de autoria da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas contra o deputado Lucas Bove, por quebra de decoro parlamentar. Deputada Monica, a senhora tem a palavra.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Está bem. Já vou pedir para preparar o slide de novo, por favor. E quero começar por lamentar o arquivamento da denúncia contra a Paula e vou, de novo, lembrar o contexto. Pode colocar os meus slides, por favor, novamente? Coloca a primeira página. Eu acho que ela é muito importante.

Vou lembrar: nós estamos num contexto em que o deputado Lucas, apesar das nossas reiteradas intervenções, gentis, educadas e finas o quanto pôde, insiste em ter

contato físico com a gente. Vou repetir: diversos colegas aqui, o Emídio pode atestar, o Guilherme pode atestar, o Olim pode atestar, e o presidente da Casa pode atestar que nós pedimos, por favor, para ele manter a distância da gente, porque a gente estava ficando constrangida com os toques.

Certo, colegas? São testemunhas de que a gente pediu por favor. E, mesmo assim, ele se aproxima, nos beija, nos abraça ou fala gritando demais. Quero que os senhores percebam a cartilha comportamental da Assembleia Legislativa, o que fala de situações semelhantes. Essa daqui nem é a vez que eu coloquei a imagem, é o corriqueiro. Olha a postura do deputado em relação à Paula. Passa, por favor.

Aqui, eu conto um pouco do que aconteceu, que foi lá na privatização da Sabesp. Mais uma, por favor. E aqui, eu falo da nossa cartilha comportamental, que fala que é nossa obrigação proteger servidoras, convidadas, deputadas de assédio como esse. Por favor, a próxima. E aqui, um programa do governo do estado de São Paulo, do qual a Paula foi autora, eu fui autora, o Thiago Auricchio foi autor, um programa vigente que todos votaram favorável, que significa: “Não se cale. Peça ajuda.”

Mais uma vez, eu vou dizer: a violência contra a mulher não começa no feminicídio. O feminicídio, o tapa, o soco, é a fase final de um longo período de agressões. Eu estou contando aos senhores: desde que a gente chegou, a gente está pedindo para o deputado Lucas Bove se afastar da gente, mas ele insiste em se aproximar. Ora gritando, ora beijando. Olha que similaridade com a violência contra a mulher em situação doméstica: ora “meu amor”, ora tapa na cara.

É isso o nosso cotidiano na Assembleia Legislativa com este senhor. E a gente não se calou. A gente denunciou, tanto quanto a Cíntia denunciou o caso dela. A gente está pedindo ajuda e tentando se ajudar para sobreviver nos corredores. Próximo, por favor. Eu conto o que aconteceu no dia, no dia da Bebel.

E aí eu vou repetir: ele estava dizendo para a Bebel, com a mão assim no rosto dela, que ela tem cara de limão azedo. A Bebel pode não querer falar sobre isso, mas a mulher vítima de violência não precisa denunciar a violência quando ela não a reconhece. Muitas mulheres vítimas de violência, a princípio, não reconhecem a violência, mas é obrigação de todos intervir.

É obrigação de todos proteger, é obrigação de todos cuidar para que não se chegue à fase final. E foi nesse contexto que eu me aproximo da professora Bebel e pergunto a ela: “A senhora está bem? Está confortável nesta situação?” Coisa que eu gostaria

muitíssimo que os demais colegas fizessem com a gente no dia a dia da Assembleia Legislativa.

Vamos lá, próximo. Quem é Lucas Bove? Por que a gente está protegendo a nós mesmas e as outras mulheres aqui na Assembleia Legislativa do deputado? Por que a gente chama ele de agressor de mulheres? A polícia indiciou o deputado Lucas Bove por violência contra Cíntia Chagas. É a “CNN”, não é portal de fofoca. É o “G1”, é o “Terra”. Os senhores sabem que isso está acontecendo. E os senhores também sabem que a gente não denuncia à toa.

Próximo. Aqui eu falo um pouco do *lawfare*. Ele se sentia à vontade de gritar comigo só porque eu perguntei para uma mulher se ela estava bem. Por que ele não deu um passo para trás e deixou a Bebel me responder? Por que ele não fez um gesto? Os senhores adoram pedir para mim: “Monica, faz um gesto.” Por que ele não fez um gesto de só dar um passo para trás e cessar a gritaria e deixar eu comprovar que a minha colega estava bem?

Ele se sentiu confortável de passar, então, a gritar comigo, gritar improperios que não aparecem no microfone, mas os senhores sabem o que ele gritava. O que ele gritou por eu perguntar: “Bebel, a senhora está bem?”

Eu não falei com ele, eu falei com ela. E no momento seguinte, eu passo a pedir para ele parar de gritar e baixar a mão para falar comigo. E ele fica: “Eu falo no tom que eu quiser. Eu uso a minha mão do jeito que eu quiser.” Eu preciso repetir a nossa cartilha comportamental, que ilustra o gesto como assédio?

No seguinte, sabe o que ele fez no momento seguinte? No dia seguinte, gente, olha lá, ele foi para cima de outra colega. Eu não tenho esse vídeo, mas rolou na rede da Beth. Ele chega pertinho da cara dela e a ofende com brincadeiras e adjetivações, enquanto ela está no microfone, no dia que fez isso comigo, porque ele fala do jeito que ele quiser, ele grita o quanto ele quiser.

Aliás, nesta sessão aqui do Conselho de Ética, ele diz o seguinte: “Só mulher pode gritar? Homem também pode gritar. Eu grito o quanto eu quiser.” Próximo é vídeo, mas não está funcionando, tá, gente? E aí, neste vídeo que eu coloco, os senhores se lembram que, no vídeo que eu acabei de exibir, a primeira coisa que eu faço é: “Aí, presidente, olha o que está acontecendo”, porque eu não queria falar com Lucas.

Eu me senti na obrigação de proteger a Bebel. Falei com a Bebel e não queria falar com o Lucas, mas o Lucas estava gritando comigo, e eu queria só que o presidente

dissesse: “Deputado Lucas, se afaste. Deputado Lucas, pare de gritar. Deputado Lucas, não está na sua vez de falar.” Ou que qualquer um dos colegas o fizessem.

Mas ele continua gritando livremente o quanto quis. Interrompeu a sessão para as câmeras não filmarem, para não flagrarem, mas ninguém disse: “Não grite com ela” Isso não é matéria. A gente não estava debatendo a matéria. A gente estava debatendo se ele pode ou não pode chegar numa colega que está sentada e falar assim com ela, dizendo características, ofendendo em suas características físicas, invadindo o espaço dela.

Vocês querem ver de novo? Porque aqui, ó, de novo eu vou dizer aos senhores - está acabando o meu tempo, assessoria -: eu chego e me aproximo. “Professora Bebel, a senhora está bem?” E ele grita comigo. Eu vou ao microfone e falo: “Presidente, olha o que está acontecendo aqui.” O que a gente precisava da Assembleia Legislativa era uma resposta. “Deputado Lucas, se contenha. Deputado Lucas, não grite. Deputado Lucas, o senhor não está com a palavra. Deputado Lucas, se afaste.” Mas o que aconteceu foi: interrompe a sessão e deixa eles se resolverem como eles quiserem.

E aí eu repito a pergunta do Guilherme: quando sair um tapa na cara, vai ser o suficiente para a gente dizer que foi violência contra a mulher? Por fim, o motivo de ele ter representado contra mim. E eu vou dizer novamente: o feminicídio, o soco, o tapa na cara é a etapa final de um longo processo de violência contra a mulher que foi permitido socialmente.

É o companheiro que te dá flores e depois te humilha. É a brincadeira que te humilha em ambiente físico. É a tentativa de te afastar das pessoas, de te humilhar, de te descredibilizar, de usar suas características físicas para te menosprezar. É tentar tirar de você o seu ganha-pão, o seu emprego.

Depois, é te aprisionar dentro de casa e, por fim, quando autorizado, o toque físico vem. Nesse dia, que eu interrompi o grito dele, a ofensa dele contra a Professora Bebel, eu disse o que eu vou dizer para todo mundo agora: quando você vir um homem sendo violento contra a mulher - e a violência não é só o toque físico, é a humilhação, é a brincadeira inadequada, é a ameaça -, quando você vir, você intervenha. Você intervenha.

E eu intervim. E tal qual outras tantas mulheres, Beth, Bebel, Paula e outras tantas de nós do campo progressista que insistimos, estamos sendo violentadas pelo deputado Lucas Bove pelos corredores, porque ele diz que ele pode falar com a gente do jeito que ele quiser. Ele pode berrar do jeito que ele quiser. Ele pode socar a mesa do jeito que ele quiser. E foi assim que mulheres vítimas de violência terminaram mortas, porque ninguém teve coragem de dizer: “Não pode.”

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputada, finalizando.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Finalizando. Eu vou repetir. Coloca o último slide, por favor. O último. A nossa cartilha comportamental ilustra o gesto como assédio e diz que é nossa responsabilidade proteger convidadas, servidoras e deputadas de ações como essa. Não resta dúvida, porque está registrado em imagem, que nós estamos sendo vítimas de violência política de gênero.

E o recado que a Assembleia Legislativa passa, ao não aceitar esse processo e não topar dar, no mínimo, uma advertência. Eu tomei uma advertência, hein? Tomei uma advertência por inquirir um secretário de forma veemente demais, esse mesmo Conselho de Ética. O recado que a Assembleia Legislativa dá é que ele pode seguir avançando na violência contra nós, que não está cessando. Obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Em discussão. O senhor tem cinco minutos, deputado Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Presidente, sendo muito breve, eu lamento a votação anterior. Quero, mais uma vez, dialogar com meus colegas, com todo o respeito que eu tenho a eles.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Fique à vontade.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Que também são advogados e que eu acho que estão imbuídos de uma preocupação de a gente poder respeitar todos os ritos legais. Agora, tem uma diferença: esse conselho de Ética, de fato, não julga, não faz inquérito criminal. Quem faz é a polícia, é o Ministério Público, é o Tribunal de Justiça.

Esse Conselho de Ética e Decoro Parlamentar julga infrações ao decoro parlamentar. Portanto, com todo respeito, não há que se falar, neste caso, que se o Ministério Público, se a polícia ainda não concluiu, a gente não pode fazer nada, porque o Ministério Público e a polícia vão concluir se houve crime nesse caso. Espero que concluam corretamente.

O que nós estamos julgando é se - o que vocês estão julgando porque membro deste conselho não sou -, o que se está julgando é se as imagens que foram transmitidas

respeitam ou não o decoro parlamentar. E daí faço a pergunta: respeitam? Sinceramente, respeitam?

Se cada deputado diz que respeita, a gente começa a se xingar, a gritar, a mandar os outros trabalhar, a falar palavrão, se sim, ok, comecemos. Aí isto aqui vai virar uma selva, porque não vai ser bom para ninguém. Então, por favor, não utilizem como desculpa: “Nesse caso não podemos fazer nada porque o Ministério Público e a polícia não concluíram.” O Ministério Público e a polícia estão fazendo o trabalho deles. O trabalho desse conselho independe. Ministério Público e Polícia estão inquirindo, apurando a responsabilidade criminal.

Os deputados, membros desse conselho, de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar, têm a responsabilidade de apurar o respeito ao decoro parlamentar. E este é um caso, na minha visão, de flagrante desrespeito a este mesmo decoro. A menos que começar a xingar, falar palavrão nas câmeras, gritar com os outros deputados, bater na mesa, seja decoro. Aí me avisem, porque daí a gente começa um outro procedimento aqui nessa Casa.

Eu me abstenho de fazer isso, primeiro, porque eu acho muito mal-educado. Fui ensinado pelos meus pais com muita educação. Agora, porque isto é um flagrante desrespeito ao decoro. Então, nunca é tarde para corrigir os erros.

No item anterior, infelizmente, esse mesmo caso foi rejeitado. Agora, os deputados, confrontados com o fato de que o trabalho deles não é investigar a responsabilidade criminal, deixem promotores, delegados, policiais cumprirem seu trabalho; cumpramos o nosso. Digam os senhores membros desse conselho se este caso cumpre ou não o decoro parlamentar.

Se eles concordarem comigo que não cumpre, que é indecoroso berrar, xingar, ameaçar os outros, então votem, no mínimo, por alguma moção de censura, por uma advertência, pelo que quer que seja, para que este tipo de coisa não seja tolerada. Obrigado, presidente.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem. Quem vai fazer uso da palavra é a deputada Dra. Paula. A senhora vai querer fazer também uso da palavra depois?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Dra. Paula, dez minutos.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Tá bom. Eu quero começar invocando um decano dessa Casa, um deputado que todos nós respeitamos muito, que é o deputado Barros Munhoz. O deputado Barros, várias vezes, fala no plenário que ele lamenta muito que essa Casa tenha se transformado tanto.

Eu acho que há parlamentares que são parlamentares há muitos anos, há várias legislaturas já, que não estão em primeiro mandato, que olham com certo desgosto a forma como a política se desenvolveu dentro dessa Casa. O que eu quero dizer com isso? Nós, eu sou parlamentar de primeiro mandato, a deputada Ediane, o deputado Guilherme também, não temos nenhuma, e somos já de uma geração que eu acho que chega aqui no Parlamento com um nível de enfrentamento - especialmente nós que viemos de movimentos sociais - bastante intenso.

Mas nunca esse enfrentamento é um enfrentamento que deva extrapolar limites que vão para um âmbito pessoal. Mesmo que eu tenha uma divergência política com muitos parlamentares nessa Casa, vocês não me verão batendo na mesa e mandando um parlamentar trabalhar. Vocês não me verão falando da família de um parlamentar.

Vocês me verão debatendo política, porque é para isso que nós fomos eleitos e eleitas. Quando isso extrapola, é aí que entra a violência política de gênero. O que o deputado Lucas Bove fez naquela sessão e faz em outras oportunidades é a prática de violência política de gênero. Porque, como bem me antecedeu o deputado Guilherme disse, a gente não pode tratar com naturalidade que um deputado bata na mesa e mande uma deputada trabalhar, ou diga: “Eu não respeito você”.

A gente não pode tolerar sequer o que não está nessa representação, que é provocação no cafezinho, que é provocação nos corredores. Isso não está na representação, mas poderia estar.

Quando essa Casa Legislativa arquiva o caso de duas deputadas mulheres, que dizem que são sistematicamente intimidadas por um deputado no exercício do seu trabalho, da sua profissão, do mandato para o qual elas foram eleitas, essa Casa dá um recado: o recado de que na política vale tudo, de que na Alesp vale tudo. E não vale tudo,

colegas deputados. Não é possível que se naturalize nessa Casa Legislativa um ambiente de violência.

Se V. Exas. discordam da deputada Monica, se o deputado Lucas discorda da deputada Monica, que o faça com respeito, que debata ideias e não ofensas pessoais. E não bater na mesa e mandar trabalhar. E não dizer: “Eu não respeito você. Não me chame de corrupto. Eu falo com a mão do jeito que eu quiser.”

Que isso? Que isso? Onde a gente foi parar? O maior parlamento da América Latina, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 94 deputados. Se isso aqui vira um bater na mesa geral e mandar trabalhar, vai ter até bastante gente que a gente vai ter que mandar trabalhar, porque tem gente que eu não vejo há bastante tempo aqui.

Não dá. Não tem nenhuma condição. Nenhuma condição. Eu acho que é um péssimo recado. E repito isso aqui: nós temos o dever de abrir esse caso. A gente pode escolher depois o que fazer com ele, mas a gente precisa abrir esse caso. A gente precisa debater como a violência política de gênero será tratada nessa Casa Legislativa.

Então, eu manifesto aqui o meu voto pela admissibilidade, o que não seria uma surpresa. Mas eu digo que eu acho que nós precisamos olhar com muito cuidado o recado que essa Casa daria ao arquivar esse caso. E convido também os meus colegas deputados aqui, parte deste conselho, que hoje vieram aqui, que estão nesta reunião há duas horas, para que também votem pela admissibilidade, para que a gente possa debater com seriedade, análise de provas, oitiva de pessoas, defesas etc.

A violência política de gênero na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Acho que isto é um dever nosso como Conselho de Ética. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputada. Nobre deputada Ediane, a senhora tem cinco minutos, por gentileza. Vamos. Fique à vontade. Fique à vontade.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ah, desistiu? Quem pediu pela ordem?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Foi eu.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, deputado Nóbrega.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, agora se trata do item número...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Nós estamos no quatro.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - No Item nº 4, da nobre deputada Monica Seixas em face do deputado Lucas Bove. Sr. Presidente, eu tenho me pautado no Conselho de Ética por muita seriedade, sabendo da importância deste órgão para o bom desempenho do trabalho parlamentar.

Evidentemente que, quando estamos aqui no Conselho de Ética, já é, por si só, uma situação difícil de ter que julgar o comportamento de um colega na Casa, seja ele de qual partido for, de qual espectro político, e isso não conta nas decisões que são tomadas aqui no conselho.

Nós temos que avaliar o fato e desvalorá-lo de acordo com os elementos de informação que são trazidos nas representações ou nas denúncias. No caso presente, eu estava no plenário, passei pelos deputados Lucas Bove e pela Bebel, no momento em que eles conversavam. Realmente, não presenciei nenhuma violência ou ofensa do deputado Lucas Bove contra a deputada Bebel.

Na sequência, o vídeo demonstra, de maneira muito clara, aí sim, inicia-se uma discussão entre os deputados, a deputada Monica Seixas, que educadamente também se dirigiu à deputada Bebel. Também presenciei essa parte e, depois, eles começam ali aquilo tudo que nós vimos no vídeo. O vídeo traz uma situação que realmente beira, se não infringe, o decoro parlamentar, a forma de urbanidade que deve prevalecer no tratamento entre os deputados.

Evidentemente que, pelo vídeo, foi ofendida, foi ultrapassada, não foi respeitada. E isso nos leva a entender, e aí sim, como disse a deputada Paula, que também quero fazer uma referência aqui, no sentido de que sempre é muito educada. Pode ser o debate mais acalorado que se tenha no plenário, a deputada Paula sempre respeita todos os parlamentares.

Isso é uma prática de V. Exa. aqui na Casa, mesmo quando há divergência de opiniões. E é para isso que existe o Parlamento. Então, eu acredito que seja uma grande

oportunidade, Sr. Presidente, para que a gente possa deliberar e debater os limites da imunidade parlamentar e qual é a forma que esta Assembleia Legislativa quer que aconteçam os debates em plenário. O que foi colocado pelo deputado Cortez de maneira muito inteligente, numa hipótese de que se perca o controle aqui nas discussões, nos debates, evidentemente seria o caos.

E a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não pode conviver com nenhuma situação que não seja aquela determinada pelo Regimento Interno, pela Lei Orgânica e aquilo que o povo paulista espera dos seus representantes. Também quero concordar com toda a fala da deputada Monica Seixas no sentido da progressão criminosa que ocorre na violência doméstica. É característica, e tudo começa com uma discussão, com ofensa, com menosprezo e vai, infelizmente, culminar lá no feminicídio.

Isso não há nenhum reparo a ser feito na sua observação, e eu concordo em gênero, número e grau com ela. Porém, no caso em tela, nós estamos discutindo o que houve. E é essa a missão do Conselho de Ética, ou de qualquer tribunal, desvalorar o fato que possa ser demonstrável empiricamente. E é o que estamos fazendo aqui.

Então, diante desse contexto e com muita dor no coração, mas cumprindo a missão que me cabe e acreditando seriamente de que o conselho vai delinear as condutas dos parlamentares na Casa, e o conselho vai mandar um recado de que nós não queremos que os debates desçam a esse nível e que nós queremos que tenham aqui respeito entre os parlamentares para que possamos produzir o que o povo espera de nós, eu vou receber a representação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra o deputado Rafael Saraiva. O senhor tem dez minutos,

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Presidente, ainda seguindo critérios objetivos, porque acredito que, como representantes, todos nós aqui precisamos seguir uma linha e sempre objetiva. E para não ficar qualquer questionamento de diferenças de entendimento, no Item 3, na Representação nº 38126 de 2025 - eu falo com total respeito à deputada Paula, a qual já tive o prazer de, fora dessa Casa, atuar juridicamente -, as alegações dela nesta manifestação, para mim, refletem um possível crime e, pelo meu critério, não pode ser aceito aqui dentro desse conselho antes que tenha uma análise do Ministério Público ou do Judiciário como um todo.

A representação da deputada Monica, o Item 4, a qual a gente está debatendo, nº 38134, além de alguns fatos e também pela apresentação que ela fez, mostram uma continuidade de ações. E eu não estou falando de ações criminosas, eu estou falando de ações que refletem o direito e a liberdade de todos os indivíduos.

E pelo que vocês podem ver, a gente, eu, conversando também com o deputado Olim, com o deputado Nóbrega, não é uma decisão política. Nós estamos lendo e criando aqui um critério ao qual nós caminharemos. Então, sigo aqui, já adianto que seguirei a manifestação do deputado Eduardo Nóbrega.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Em discussão. Ah, não, agora não. Vamos em votação. Foi rápido isso aqui que até fiquei... Não havendo quem queira se manifestar, está encerrada a discussão. Em votação. Como vota o nobre deputado Dr. Emídio de Souza?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Voto para acolher a representação da deputada Monica Seixas.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP – Muito bem. Como vota o deputado Rafael Saraiva?

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Pela admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota a deputada Dra. Paula da Bancada Feminista?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Voto pela admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota o Dr. Eduardo Nóbrega?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela admissibilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como maioria, eu voto também a favor da admissibilidade. Cinco a zero.

Quero aqui, já de pronto, dizer que este processo será encaminhado ao Dr. Emídio de Souza. O senhor será o relator.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Obrigado pela confiança, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É ponderado. Então, acho que não vou... De uma balança, acho que está em boas mãos.

Item 5 - Processo RGL... (Manifestação na plateia.). Pois não, deputada.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Eu gostaria de solicitar uma inversão de ordem da pauta. O Item 6 da pauta também é uma representação, agora da deputada Ediane, mas também contra o deputado Lucas Bove. Eu queria saber se...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Coimbra, Tenente Coimbra também.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - E o Coimbra. Eu queria saber se a gente pode votar primeiro o Item 6 para depois votar o Item 5.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Podemos. Fechado. Algum problema, senhores? Votar o Item 6 primeiro? Então, vamos lá. Então, deixa o 5 para depois.

Processo RGL nº 1299/2026. Representação neste Conselho de Ética, de autoria da deputada Ediane Maria contra o deputado Lucas Bove e o deputado Tenente Coimbra, por quebra de decoro parlamentar. Um minutinho só.

Deputada, a senhora tem dez minutos, para ficar à vontade. A senhora quer colocar um vídeo? Tem o vídeo na mão aí?

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Aqui é tudo rápido. Um minutinho.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Tem um vídeo para passar, tá?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Então, a senhora quer começar falando ou quer pôr o vídeo primeiro?

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Não, eu acho que seria bom as pessoas terem acesso ao que a gente está falando aqui.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Então, fique à vontade.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Vídeo, eu acho que daria...

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não entendi nada.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Bom, isso aconteceu no dia 17 de dezembro, último dia da sessão, o último dia que teve plenário que funcionou nessa Casa. E eu fui surpreendida, porque, pela primeira vez na história, existe uma pessoa como eu. Veja aqui, alguns que são advogados, meus colegas são pastores. Eu acho que cada um aqui parte de uma história de vida, não é?

Essas cadeiras aqui hoje e o debate que a gente teve aqui hoje, o julgamento se seria acolhido ou não, por incrível que pareça, foram sobre duas mulheres pretas, sobre três mulheres pretas, que representam cinco mulheres negras, e seis ao longo da história da Assembleia Legislativa. Quando eu recebi essa pancada, porque eu acho que ninguém aqui - e eu acho que esse é o debate que está sendo colocado nessa Casa - ninguém aqui merece ser chamado de acéfalo. Ninguém, porque isso mexe não com a sua...

É a sua dignidade que está em jogo. É uma pessoa que viveu, sobreviveu no estado de São Paulo, vindo lá do Nordeste para sobreviver aqui, para ser mantida em cárcere

privado em casa de família, trabalhando nos piores serviços, sem registro em carteira. Chego a essa Casa com muita dificuldade. E assim, ver de um deputado que vejo nos corredores, o Tenente Coimbra fala comigo, me cumprimenta.

Aqui raramente um deputado nessa Casa vai falar que eu trato mal, que eu sou mal-educada, que eu não cumprimento, que eu não falo. Independente da bandeira partidária, eu vou respeitar a todos. Questão política, debate do plenário, aí é cada um vai defender sua pauta, e aí todos nós somos eleitos para isso. Agora, naquele dia, me decepcionou profundamente essa Casa, profundamente, porque se aproveitaram do último minuto que essa Casa ia fechar as portas para me chamar de acéfala.

Sinceramente, me incomodou profundamente. Doeu não só em mim, mas nos meus filhos, que estavam assistindo ao plenário. Eles se incomodaram profundamente de ver um homem falando aquilo. Eu tenho quatro filhos. Criei meus quatro filhos até passando necessidade.

Eu não dormia à noite, quando meus filhos de manhã não iam ter um pedaço de pão para comer. Onde eu tinha que sair de manhã me virando e pedindo comida para os outros na rua, onde tinha que mendigar na fila do leite do governo do Estado 1 litro de leite se sobrasse. Eu tive que brigar muito para chegar a este lugar aqui. Eu sei o que foi trabalhar sem registro em carteira. Eu sei, por isso que me doeu muito aqui todo o debate do Lucas Bove.

Eu sei o que foi procurar uma delegacia da mulher e não ser atendida. Eu sei o que foi as pessoas do bairro terem que me defender, porque não teve socorro. Hoje essas cadeiras aqui estão com o nome de mulheres que morreram. Elas não estão aqui para se defender. Nós estamos aqui. A Paula está aqui para se defender. A Monica estava aqui para se defender. Nós estamos aqui para nos defender. Várias de nós não estão.

Quando essa Casa aceitar, se aceitar, essa violência contra mim, que vim deste lugar de tanta violência, ela está sancionando que todas nós podemos ser chamadas de acéfala. Não só ela pode morrer, ela pode levar um tapa na cara, ela pode nem sequer chegar a este espaço.

Então, eu estou aqui para pedir aos senhores deputados que tenham a consciência: será que os senhores iriam aceitar, ou a família dos senhores iria aceitar, os senhores serem chamados de acéfalo aqui dentro? Vocês que estão aqui, que muitas vezes... Para eu chegar aqui dentro não é fácil. Eu adoeci no ano passado, 2025, não foi fácil.

Tive que passar por psicólogo, por psiquiatra para suportar esta estrutura, que é uma estrutura que adocece, para todas nós, que muitas vezes vimos estes projetos, não sabia

nem o que era. Quando eu entrei aqui, deputado, eu não sabia o que era a sigla PL. Eu tive que estudar, tive que pedir para a Tainá, para minha assessoria, falar: “Coloca que é projeto de lei” para saber o que é.

Eu sei o que foi aprender aqui dentro as coisas. E eu estou aqui fazendo um embate, um enfrentamento, para que mais pessoas cheguem aqui, que possam denunciar essa Casa, esse espaço, que a gente tenha empatia. Eu nunca chamei ninguém aqui de acéfalo. Já passei por debates duros na Comissão de Segurança Pública, duro, árduo, na Comissão de Habitação, mas ninguém nunca vai me ver falar isso, porque eu sou a favor do debate, do diálogo.

Voltando aqui, Sr. Presidente, voltando aqui para as atividades. O Tenente Coimbra, ele teve a capacidade de vir me cumprimentar nos corredores. Eu não respondi. Pela primeira vez eu não respondi. Eu não respondi porque, se ele acha que eu sou acéfala, talvez ele tenha esquecido do que ele falou comigo no último dia aqui da Assembleia.

Eu não esqueci, porque isso não foi sobre mim. Foi sobre uma mãe que me criou lá também, no trabalho lá no sertão de Pernambuco, nas fazendas dos seus patrões. Foi uma mulher também que não teve mal direito ao ensino fundamental básico para conseguir ali trabalhar para ajudar seus patrões, não para ela mesma. Então, eu sou uma sobrevivente, e eu espero que essa Casa olhe para esse caso e que trate como tem que ser tratado.

Várias de nós não conseguiriam nem estar aqui, deputado. Talvez eu não voltaria para essa Casa aqui de novo, mas eu tenho a certeza de que a gente vai se comprometer com essa pauta, porque não é sobre mim, é sobre quem vem depois de mim, é sobre como essa Casa vai se comportar. E eu quero muito que olhem com todo o carinho, com todo respeito. Eu jamais, por mais que às vezes seja muito duro, eu jamais faria isso com ninguém, porque só sabe o que é ter um bebê acéfalo alguma família que tem uma gravidez de uma criança natimorta.

Só sabe o que é isso e sabe o quanto que é dolorido esperar e ver que essa criança vai chegar e que não vai estar com eles. Então, que a gente respeite, tenha respeito, de verdade, e que ele se retrate.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputada. Mais alguém quer fazer uso da palavra?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Eu gostaria,

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputada, cinco minutos.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Tá bom, obrigada. Presidente, não é novidade para ninguém que a deputada Ediane Maria é...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - A senhora tem dez, deputada, desculpa. Fique tranquila. É que a senhora sai e volta, eu fico confuso aqui.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - É parte aí do operativo. Não é novidade para ninguém que a deputada Ediane Maria é a primeira empregada doméstica eleita no estado de São Paulo como deputada estadual. Eu tenho muito orgulho disso. Eu tenho muito orgulho de ser colega de bancada da deputada Ediane, porque eu sei que não é fácil para quem não tem sobrenome na política, para quem não é apadrinhado ou amadrinhada por ninguém, ocupar um lugar desse.

Nós somos atualmente 26 mulheres na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de 94 deputados, sendo só cinco mulheres negras. Histórias como a da deputada Ediane Maria não são histórias de mulheres que costumam ocupar o Parlamento. A deputada Ediane Maria quebrou um paradigma do que seria esperado para uma pessoa que tem a história que ela tem.

Uma mãe de quatro filhos, que veio do Nordeste brasileiro e que, sem estudo nenhum, alcançou a marca de deputada estadual, se eu não me engano, Edi, me corrija se eu estiver errada, com 175 mil votos. Isso é muito importante, isso precisa ser respeitado por essa Casa.

O deputado Tenente Coimbra, como demonstrado nesse vídeo, chamou a liderança do PSOL, que era a deputada Ediane Maria, de acéfala, sem cérebro. Quando o deputado Tenente Coimbra foi falar depois disso, e falou: “Ah, não, não estava falando isso exatamente”, e tal. Na mesma sessão, o deputado Lucas Bove, na sequência, veio e disse: “Se o deputado Tenente Coimbra retira, eu mantenho: a liderança do PSOL é sim acéfala”.

Por isso a deputada Ediane, inclusive, representou tanto o deputado Lucas Bove quanto o deputado Tenente Coimbra. E vejam, a escolha de palavra e a escolha de pessoa. Sempre, eu acho até curioso isso, que o meu nome de parlamentar é Paula da Bancada Feminista. Sempre que o presidente ou qualquer outra pessoa vão se referir a mim, me chamam de Dra. Paula, porque eu sou advogada.

Nunca, nessa Casa Legislativa, me chamaram de acéfala. A escolha de palavra e de pessoa não é em vão. Terem chamado a deputada Ediane Maria de acéfala, como eu disse, uma empregada doméstica que pode não ter o estudo que muitos outros parlamentares têm, mas que foi incumbida por 175 mil paulistas de se tornar deputada estadual dessa Casa Legislativa, com muito orgulho do meu partido, o PSOL.

Isso não é sobre quem tem estudo ou sobre quem não tem. Mas não foi à toa que o deputado Tenente Coimbra escolheu essa palavra. Ele escolheu essa palavra para se referir a uma mulher que era empregada doméstica antes de se tornar deputada. Eu queria que todos os nossos parlamentares, todos os parlamentares membros dessa comissão, tivessem muita atenção a isso: a escolha de palavra e a escolha de sujeito.

Então, mais um caso de violência política debatido. Nesse caso, deputados que se sentem à vontade de chamar a primeira deputada empregada doméstica eleita nesse Parlamento paulista de acéfala, ou seja, sem cérebro, ou seja, sem inteligência. Edi, minha amiga, você é gigante, você é o nosso orgulho por ser quem você é. Obrigada pela coragem de trazer a sua história sempre que você tem a oportunidade para essa Casa Legislativa.

A sua permanência nesse espaço nos agiganta, nos engrandece. Que nós tenhamos, na próxima legislatura, muito mais Edianes Marias, deputadas estaduais dessa Casa, porque a gente quer um parlamento com a nossa cara, com a nossa cor, com as nossas histórias. Você não é acéfala, pelo contrário, você é muito mais inteligente, muito mais capaz e muito mais bem votada do que muitos dos que te diminuem. Obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado Rafael Saraiva tem a palavra.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Um minutinho só. Queria só aqui deixar também a minha opinião ao discurso da palavra da deputada Ediane, que a senhora pode contar com o meu apoio. A senhora sempre foi muito educada, eu sempre a cumprimentei até com um beijo, e depois parei, mas sempre me cumprimentei. E eu, como delegado de polícia, às vezes o pessoal tem um pé atrás comigo, mas eu me relaciono muito bem com o PSOL, PT, o que for aqui. E a senhora sabe que eu tenho um

carinho especial, porque a senhora chegou onde chegou porque a senhora sabe o que a senhora passou.

O seu discurso aqui mostra o dia a dia da empregada doméstica de muitas pessoas, não só empregada, pessoas que vivem até desse salário e família e não têm o que comer, que pisam no barro, que, quando chove muito - eu sei, porque eu conheço quase todas as comunidades -, não dá para chegar em casa porque cai metade da casa. Então, a senhora está de parabéns e pode contar sempre com o meu apoio.

Com a palavra.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Presidente, gostaria de deixar uma fala voltada para a deputada Ediane Maria. Deputada, eu me solidarizo com a senhora. Não vou falar que entendo a sua dor, porque não consigo imaginar e me colocar no seu lugar. Ouvindo o seu relato aqui, mostra um pouquinho do porquê se formou o meu convencimento do último voto.

Eu acho que tem ações que a gente precisa começar agora a repensar, a dosar. A ideologia política nunca vai transformar o outro lado em sem inteligência, sem cabeça ou não. Sobre esse caso específico, até adiantando um pouquinho o meu posicionamento, e já fica aqui o meu pedido de desculpas à senhora. Eu não vou votar pela admissibilidade.

Por que? Eu tenho o mesmo entendimento que a senhora. Se alguém me chamasse de acéfalo, eu pensaria na parte física da coisa, da definição de uma pessoa que nasce com anencefalia. E no comunicado que foi feito, olhei os vídeos, olhei as argumentações do deputado, e ele se referiu a um grupo coletivo da liderança, por mais que estivesse sendo representada pela senhora. E a definição técnica disso se dá como um comando sem liderança, sem chefia.

Eu acho que a palavra colocada, a palavra que foi colocada foi muito ruim, incabida. Se fosse direcionada à sua pessoa física, não tem argumentação, mas o meu entendimento foi que foi direcionado à liderança. Então, peço aqui, junto com as minhas desculpas, e posso falar isso, acho que em nome de diversos deputados que não compactuam com agressões personificadas, mas que a senhora entenda os meus argumentos.

Me solidarizo e sou muito grato de estar nesta legislatura com a senhora. A senhora pode ter certeza de que eu aprendi muito com a senhora desde o começo, mesmo quando a senhora não sabia. Na primeira ou segunda reunião da Comissão de Habitação, que eu tenho a honra de presidir, a senhora debateu muito sobre as palafitas, sobre as invasões e

sobre alguns requerimentos que a senhora brigou muito para ter. Então, pode ter certeza de que a senhora engrandece todo o nosso mandato também.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, com a palavra a deputada Thainara Faria.

A SRA. THAINARA FARIA - PT - Muito obrigada, Sr. Presidente. Agora, um boa tarde oficial aos membros do Conselho de Ética. Eu não sou membro efetivo desse conselho, mas não poderia deixar de estar aqui nesta manhã, exatamente pelos temas que estão sendo debatidos. Quando estive vereadora na cidade de Araraquara, eu passei pela experiência de estar no Conselho de Ética, muitas vezes porque me colocaram lá, e outras vezes como membro, e fugi exatamente de problemas.

Mas o que nós não podemos é normalizar a barbárie. Eu tenho muitas coisas para falar hoje, mas eu quero me solidarizar com a Ediane no sentido de que ela fez uma exposição íntima e pessoal e que, infelizmente, eu tenho relato de que outras deputadas já passaram, assim como eu.

No ano passado, eu também desenvolvi uma crise de ansiedade de chegar aqui na Assembleia Legislativa. Também tive que ir a psicólogo, a psiquiatra, começar a tomar um remédio de tarja preta que me desligava.

Eu me sentia vegetando. Eu não era eu mesma. Eu não tinha alegria. Eu não queria acordar. Eu não queria vir para cá.

Tenho muitos colegas que me respeitam aqui dentro. Tenho muitos colegas que fazem o dia a dia ser mais leve. Mas vocês não podem normalizar quando a gente fala que tem medo de tomar água, de tomar cafezinho e encontrar alguns deputados pelos corredores.

Faltou ação do deputado André do Prado no caso em que a Monica e a Paula colocaram. Faltou ação também do André do Prado no caso que a Ediane coloca, porque ele estava no plenário, ele ouviu e viu tudo o que estava acontecendo.

E o meu desejo é público: seria de nunca mais disputar uma eleição. Para não passar pelos vários assédios, abusos e barbáries que nós passamos. Por mais que nós estejamos sorrindo, nós estamos destruídas por dentro. E Ediane, assim como a fala que o deputado Rafael Saraiva colocou, eu quero que você saiba que nós aprendemos muito mais com você do que você imagina, inclusive como sermos humanos, porque a política nos desumaniza a todo momento.

E nesse desejo de não disputar mais eleição, que me toma todos os dias, eu venho lendo a trilogia do Laurentino Gomes sobre a escravização do povo preto. Tem uma passagem que ele fala sobre como as mulheres grávidas e negros escravizados tinham que atravessar as praias com os pés ensanguentados no calor para poderem ser reescravizados. E é por essas pessoas que nós continuamos. O nosso povo preto não merece que desistamos. As pessoas as quais resistiram muito ao açoite, às violências, nos querem aqui, nos querem em pé, nos querem inteiras, por mais que tenham pessoas que queiram nos quebrar.

Em resumo, para não deixar passar batido também a violência política de gênero, não adianta emitir nota e posicionamento - porque parece que a política agora vive de like e vídeo viralizado - quando já aconteceu. O que aconteceu em Itumbiara, que um homem se achou no direito de assassinar os dois filhos para poder atingir a própria mulher; o que acontece aqui no estado de São Paulo é a falta de investimento no combate à violência contra a mulher. É inadmissível.

Nós precisamos de vozes se levantando nos plenários, nos conselhos de ética, nas comissões, para que as mulheres fiquem vivas. E não adianta falar: “E se fosse com a sua irmã, e se fosse com a sua mãe, e se fosse com a sua filha”. Vocês têm que sentir a nossa dor, mesmo não tendo nenhum grau de parentesco.

Encerro minha fala pedindo para que os nobres deputados possam deitar a cabeça no travesseiro e dormirem tranquilos, sabendo que não compactuaram com nenhum tipo de violência de gênero e nenhum tipo de racismo. E digo, nobre deputado Rafael Saraiva, já que o deputado Tenente Coimbra se referiu a um coletivo de liderança, a liderança do PSOL, então que todos entrem com ação contra ele, porque, se ele ofendeu a todos, todos merecem se defender.

É inadmissível que qualquer liderança dessa Casa seja tratada como acéfala. Mais uma vez, meu respeito à nobre deputada Ediane, à Paula, à Monica, minhas colegas, que é tão bom vê-las neste corredor. Muito obrigada.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pois não, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem. Só para informar os senhores que nós vamos fazer essa pauta aqui como última. Como foi muito cansativo por causa do horário do almoço, a outra eu vou deixar, se houver algum problema, para a

próxima, para a gente fazer, que nós temos também o da Cíntia Chagas. Aí a gente já faz tudo junto. Positivo? Pode ser?

Por causa do alto horário. Eu tenho um compromisso na Secretaria de Segurança, às duas e pouco. Pode ser, deputado Emídio, tem algum problema? Algum problema?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Não, não.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, a palavra do...

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, eu serei breve nas argumentações, até porque os fatos se repetem e têm muita semelhança nas representações apresentadas. Quero também me dirigir à nobre deputada Ediane, dizer que sou filho de mulher negra, imigrante, que sustentou os três filhos também exercendo a atividade nobre de empregada doméstica.

Então, meu coração se enche de alegria quando vejo V. Exa. na tribuna da Alesp. Nunca lhe falei isso, nem publicamente, mas já disse, porque sou filho da mesma dor que você viveu durante todos esses anos. Quero fazer uma desvalorização do fato da maneira como ele se apresenta, e dizer que a palavra foi infeliz, mal colocada.

Se se dirigiu a V. Exa., não representa o que V. Exa. representa para o Parlamento paulista. Mas, juridicamente, esse debate, essa fala, ela se enquadra no limite, no limite da crítica contundente, ainda que ofensiva, porque ela foi num debate relacionado a um projeto que estava sendo discutido ali no plenário. Como nós vamos debater aqui os limites da imunidade parlamentar na representação anterior aceita, eu vou pedindo *venia* também a V. Exa., a todos os colegas que divergem da minha opinião.

Eu não vou receber esta representação porque entendo que, por mais ofensiva que seja - e é -, ela não representa aquilo que é o nosso sentimento sobre o seu mandato, sobre a sua pessoa, e ela beirou, mas se limita à imunidade parlamentar. Então, Sr. Presidente, eu não irei receber esta representação.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, deputado Emídio.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Sr. Presidente, eu queria falar rapidamente aqui, primeiro para dizer que nós do PT temos o maior orgulho de ter a deputada Ediane como colega. Eu, pessoalmente, sou testemunha do trabalho, do valor que ela tem. Já trabalhamos, estamos trabalhando em causas conjuntas, conjuntamente. E a deputada, ela tem um valor extraordinário. Mas eu queria só pontuar isso aqui.

Por que? Porque nós estamos diante de uma situação que mostra como tem gente que acha que o Parlamento é um lugar só para doutores, é um lugar só para advogados, só para médicos, só para fazendeiros, só para pessoas altamente letradas, e que quem não se encaixa nesse perfil não teria nada a dizer aqui no Parlamento.

Mas eu, sinceramente, sinceramente, eu acho que deputadas como Ediane têm muito mais a dizer ao Parlamento e ao povo e às autoridades do que muitos que são letrados porque ela tem uma experiência de vida que é incomparável, sabe? Como disse o deputado Saraiva, nós não temos como se colocar no lugar dela. É uma experiência única.

Então, por isso que eu acho que a Casa, nós não podemos aceitar que uma Casa queira excluir uma pessoa porque ela não é do meio tradicional ocupado pela política. Então, eu penso que, realmente, esse processo merece acolhimento, porque é inadmissível que um deputado trate uma colega sua, falar: “Você não tem cérebro”.

Quer dizer, é uma falta de respeito que vai ao limite. Eu duvido que ele falaria isso com um homem. Duvido. Duvido. Porque os códigos são outros. Então, ele se aproveitou de uma situação que eu acho lamentável. Então, eu queria manifestar, deixar essa minha opinião, meu testemunho sobre o valor da nossa querida deputada Ediane Maria.

Mas eu queria também, antes de encerrar, presidente, saudar a discussão sadia que se teve aqui, a condução de V. Exa., a postura dos demais deputados, deputado Rafael Saraiva, deputado Eduardo Nóbrega, porque aqui se debateu respeitosamente. Se colocou uma coisa, se divergiu. Em alguns casos, se concordou; em outros, não se concordou.

Mas a verdade é que, pela primeira vez eu participo de uma reunião aqui no Conselho de Ética em que os temas são debatidos. “Olha, eu acho isso, eu acho aquilo, eu concordo com isso, não concordo com aquilo.” Porque, na maior parte das vezes, as coisas são votadas aqui sem nem se dar o trabalho de debater, de explicar posições. Então, eu saúdo essa reunião como uma reunião vitoriosa para a democracia, para o verdadeiro espírito do Parlamento. É isso.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Então, vamos dar prosseguimento. Não havendo quem queira se manifestar, está encerrada a discussão. Em votação. Como vota o deputado Emídio de Souza?

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Eu voto pela admissibilidade da matéria trazida pela deputada Ediane Maria.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota o deputado Rafael Saraiva?

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Pela inadmissibilidade.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota a deputada Dra. Paula?

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Voto pela admissibilidade, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Como vota o deputado Dr. Eduardo Nóbrega?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela inadmissibilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E este presidente, como é o voto último, eu voto a favor do processo. Três a dois. Deixo aqui já o relator: nobre deputado Eduardo Nóbrega. Positivo?

Nada mais havendo a tratar, está encerrada essa sessão.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *